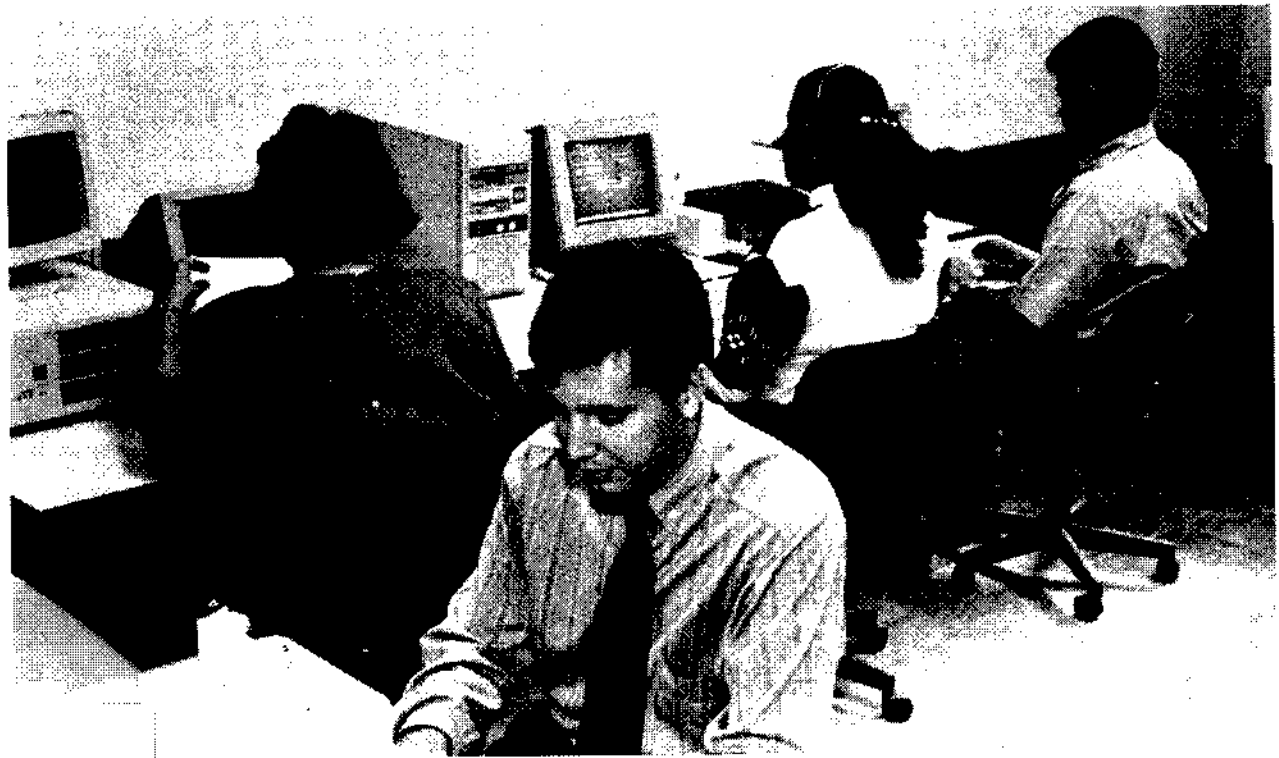




TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ



9811

atório da Presidência

B I Ê N T O • 1 9 9 1 / 1 9 9 3

Presidente do Tribunal de Justiça _____
Desembargador Nelson Silvestre Rodrigues de Amorim

Vice-Presidente _____
Desembargadora Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos

Corregedor _____
Desembargador Wilson de Jesus Marques da Silva

Diretora do Forum Cível _____
Dra. Maria Helena Almeida Ferreira

Diretora do Forum Criminal _____
Dra. Heralda Dalcinda Blanco Rendeiro

Secretário Geral do Tribunal _____
Dr. Gengis Freire de Souza

Subsecretário do Tribunal _____
Dr. Luís Cláudio Serra de Faria

Chefe de Gabinete da Secretaria da Presidência _____
Dra. Laura Helena Marques Amorim

Diretor Secretário de Administração _____
Dr. Benedito Nazareno da Costa Fonseca

Diretora do Departamento de Documentação e Informação _____
Dra. Vilma Raimunda Lobato Reis

Diretora do Departamento de Recursos Humanos _____
Dra. Riza Márcia da Gama Pacheco

Diretora do Departamento Financeiro _____
Dra. Ruth Parente Nogueira

Diretor do Departamento de Patrimônio e Serviços _____
Dr. Miguel Sauma Filho

Centro de Informática _____
Dr. Antônio Hilário Pereira da Costa

02.1549
CORTE
27.2109

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Relatório da Presidência

B I Ê N I O • 1 9 9 1 / 1 9 9 3

841.4112509811
P221R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO PARÁ
BIBLIOTECA
20/10/99 N.º de Reg. 295/99

Sumário

	Pag.
MENSAGEM	5
PRESIDÊNCIA	7
CORREGEDORIA GERAL	9
DIRETORIA DO FORUM CÍVEL	11
DIRETORIA DO FORUM CRIMINAL	17
BANCO DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO	23
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA	25
SECRETARIA ADMINISTRATIVA	29
Departamento de Documentação e Informação	31
Departamento Financeiro	35
Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais	41
Departamento de Recursos Humanos	47
CENTRO DE INFORMÁTICA	53
CONCLUSÃO	55

Mensagem

Administrar uma instituição de tradição e responsabilidade como o Tribunal de Justiça do Estado do Pará não é tarefa fácil; por isso mesmo, das mais gratificantes e honrosas. No biênio 1991/93, no qual estivemos à frente do TJE/PA, contamos sempre com a dedicação e a competência dos servidores desta instituição.

Após a reestruturação do TJE/PA, efetuada em 1991, novos diretores assumiram os Departamentos do Tribunal, também modificados a partir da nova estrutura organizacional da instituição. Com as mudanças, a máquina administrativa foi enxugada, propiciando maior agilidade e melhor desempenho nas atividades aqui realizadas.

Se o ano de 1991 foi marcado pelas alterações estruturais, 1992 o foi pela consolidação de nossa autonomia financeira. Esse foi o primeiro ano em que o TJE/PA contou com dotação orçamentária própria, o que proporcionou o pagamento de salários compatíveis a seus servidores e o reaparelhamento tanto no prédio-sede do Tribunal quanto dos imóveis existentes nas comarcas do interior.

Nas próximas páginas, estaremos apresentando o resultado de um biênio de muito trabalho, mas também de muita satisfação por termos alcançado as metas a que nos propusemos.

Belém, 30 de janeiro de 1993



Des. Nelson Silvestre Rodrigues Amorim
Presidente

Presidência

Este relatório visa discriminar e demonstrar estatisticamente o movimento dos recursos e demais atos inerentes às atribuições desta Presidência, no biênio 91/93:

ANO 1991

RECURSOS ESPECIAIS:

Total de recursos interpostos: 185
 Recursos em tramitação: 55
 Despachos proferidos: 130
 - Seguimento denegado: 120
 - Seguimento admitido: 10

RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

Total de recursos interpostos: 36
 Recursos em tramitação: 19
 Despachos proferidos: 17
 - Seguimento denegado: 13
 - Seguimento admitido: 04

RECURSOS ORDINÁRIOS EM HABEAS-CORPUS:

Total de recursos interpostos: 07
 Recursos em tramitação: 00
 Despachos proferidos: 07
 - Encaminhando ao STJ: 06
 - Seguimento denegado: 01

RECURSOS ORDINÁRIOS EM MANDADO DE SEGURANÇA:

Total de recursos interpostos: 11
 Recursos em tramitação: 00
 Despachos proferidos: 11
 - Encaminhando ao STJ: 11
 - Seguimento denegado: 00

AGRAVOS DE INSTRUMENTO:

Total de recursos interpostos: 80
 Recursos em tramitação: 50
 Despachos proferidos: 30
 - Encaminhados ao STJ: 30 e STF
 - Seguimento denegado: 00

PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA:

Total de pedidos interpostos: 11
 Despachos proferidos: 11
 - Indeferidos: 07
 - Deferidos: 04

INFORMAÇÕES EM MANDADO DE SEGURANÇA:

Total de informações: 04
 Informações prestadas: 04

ANO 1992

RECURSOS ESPECIAIS:

Total de recursos interpostos: 202
 Recursos em tramitação: 100
 Despachos proferidos: 102
 - Seguimento denegado: 90
 - Seguimento admitido: 12

RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS:

Total de recursos interpostos: 51
 Recursos em tramitação: 19
 Despachos proferidos: 32
 - Seguimento denegado: 21
 - Seguimento admitido: 11

RECURSOS ORDINÁRIOS EM HABEAS-CORPUS:

Total de recursos interpostos: 11
 Recursos em tramitação: 00
 Despachos proferidos: 11
 - Encaminhando ao STJ: 11
 - Seguimento denegado: 00

RECURSOS ORDINÁRIOS EM MANDADO DE SEGURANÇA:

Total de recursos interpostos: 12
 Recursos em tramitação: 05
 Despachos proferidos: 07
 - Encaminhando ao STJ: 04
 - Seguimento denegado: 03

AGRAVOS DE INSTRUMENTO:

Total de recursos interpostos: 106
 Recursos em tramitação: 46
 Despachos proferidos: 60
 - Encaminhados ao STJ: 60 e STF
 - Seguimento denegado: 00

PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA:

Total de pedidos interpostos: 10
 Despachos proferidos: 10
 - Indeferidos: 09
 - Deferidos: 01

INFORMAÇÕES EM MANDADO DE SEGURANÇA:

Total de informações: 02
 Informações prestadas: 02

PROVIMENTOS:

Total de provimentos baixados: 02
 Discriminação: 001/92 - Disciplina a elaboração e cumprimento dos Precatórios Requisitórios;
 002/92 - Dispõe sobre a remessa de autos principais e de agravo de instrumento interposto de decisões denegando seguimento a recursos especial e extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

Corregedoria Geral

PERÍODO: 02/01 A 20/12/1992

PROVIMENTOS.....	0005
PORTARIAS.....	0013
RECLAMAÇÕES (em tramitação).....	0006
RECLAMAÇÕES (decididas).....	0032
PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS (em andamento).....	0203
PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS (decididos).....	0268
RECURSOS INTERPOSTOS AO CONSELHO DA MAGISTRATURA.....	0002
PARECERES PROFERIDOS PELO CORREGEDOR.....	0226
PARECERES PROFERIDOS PELA ASSESSORIA JURÍDICA.....	0341
CORREIÇÕES REALIZADAS.....	0007
SINDICÂNCIAS INSTAURADAS.....	0004
SINDICÂNCIAS REMETIDAS AO CONSELHO DA MAGISTRATURA.....	0004
RESENHAS.....	0033
OFÍCIOS EXPEDIDOS.....	0970
OFÍCIOS RECEBIDOS.....	4232
EXPEDIENTES DIVERSOS (recebidos e providenciados).....	0862



Diretoria do Forum Cível

1991

Em cumprimento a determinação do art. 135, III, do Código Judiciário de nosso Estado, tenho a honra de apresentar a V. Exa., o Relatório e Mapa das atividades desenvolvidas no Forum Cível desta Comarca, durante o ano de 1991, que ora se encerra, em que exerci, por designação de V. Exa., a Diretoria deste Forum.

Ao assumir a Direção do Forum Cível, procuro desempenhar com dignidade as funções que me foram confiadas, com o propósito de elevar o nome do Poder Judiciário.

Estudando formas de melhorar o funcionamento do Forum, que na parte administrativa como nos serviços judiciários, várias ordens disciplinadas foram implantadas.

Apresento, pois a V. Exa., o relato das atividades do Forum Cível.

Oficiais de Justiça

Constam do quadro de serventuários, Oficiais de Justiça, 66 cargos, dos quais 38 constantes do art. 324, 8 do art. 487 da Lei 5.008 de 10.12.1981 - Código Judiciário do Estado e 20 da Lei 5.316 de 05 de junho de 1986.

Concurso Público

Foi realizado concurso para provimento de 20 vagas de Oficial de Justiça, através de Edital/91. O concurso foi realizado através de Convênio com a UNESPA e, dos 6.247 inscritos, foram aprovados 252 candidatos. O concurso constou de duas etapas, ou seja, uma prova eliminatória e uma prova objetiva e prática, para efeito de classificação. O referido concurso aguarda homologação do Tribunal de Justiça do Estado.

Férias

Foi estabelecida uma escala de férias para os Oficiais de Justiça. No mês de fevereiro, foi efetivada a mesma, de acordo com a preferência e levando-se em consideração a necessidade de serviço. Embora efetuada tardiamente, fevereiro, podemos considerar como satisfatório o resultado.

Vagas

No ano de 1991, ocorreram as seguintes vagas no quadro de Oficial de Justiça, por aposentadoria e falecimento.

a) Aposentadoria

- Edvar da Silva Lelis
- Felipe Amaral dos Santos
- Antônio Bandeira da Costa
- Maria José Lima Nunes
- Hélio Bezerra de Freitas
- Cícero Rodrigues
- Olímpio Augusto Cavaleiro de Macedo
- Rubem Lyra Pereira de Oliveira

b) Falecimento

- João Moraes das Chagas.

Ocorreram portanto, por motivo de aposentadoria e falecimento, 9 (nove vagas) no quadro de Oficiais de Justiça em 1991.

Movimento Judiciário

Conforme estatística efetuada através de mapas, verificamos o elevado número de ações distribuídas e, objetivan-

do demonstrar a multiplicidade e diversidade das mesmas, foram efetuados mapas das ações cíveis a partir do mês de fevereiro.

A adoção dessas classificações objetivam, sobretudo, demonstrar as varas cíveis que maior número de processos recebem, como as da Assistência Judiciária, propiciando uma rápida avaliação para possíveis soluções.

Avaliadores

O quadro do Forum conta com 3 Avaliadores Judiciais, art. 324 do Código Judiciário do Estado.

- Renato José Duarte Sidrim.
- Alonso Mariath Guimarães
- Raimundo Correa de Almeida Neto.

De acordo com a Ordem de Serviço OO8/91, a distribuição de processos aos avaliadores é efetuada na Diretoria do Forum, semanalmente.

Depositários Públicos

Na forma do que dispõe o Código Judiciário do Estado, art. 324, existem dois (2) depositários:

- Olivar Franco - Depósito Público 1º Ofício.
- Mariaíba de Oliveira Duarte - Depósito Público 2º Ofício.
- Os depósitos efetuados constam do mapa anexo.

Leiloeiros

Encontram-se vagas dois (2) cargos de leiloeiros judiciais.

Escrivães

De acordo com o Código Judiciário do Estado, art. 324, constam ainda como Serventuários de Justiça no Forum.

- 1 Distribuidor-contador
- 18 Escrivães

Posteriormente, a Lei 5.316 de 05 de junho de 1986, criou escriturarias, das quais 4 (quatro) para o Cível:

- Cartório do 17º Ofício vinculado a 17ª Vara da Assistência Judiciária;
- Cartório do 18º Ofício vinculado a 18ª Vara da Família, Cível e Comércio.

Ainda não foram instaladas as Escriturarias Distritais de Icoaraci e Mosqueira.

Conclusão

Esperamos com o trabalho efetuado, um resultado em boa parte satisfatório, ter correspondido a confiança merecida.

É de ressaltar a colaboração dos funcionários do Forum, em especial aos da Secretaria, bem como dos Serventuários, que sempre demonstraram confiança na administração.

Belém, 16 de janeiro de 1992.

Dra. Maria Helena de Almeida Ferreira
Juza de Direito e Diretora do Forum
Cível de Belém.

CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS NESTE FORUM CÍVEL DURANTE O ANO DE 1991.

MESES	Nº DE CARTAS
JANEIRO	14
FEVEREIRO	21
MARÇO	50
ABRIL	57
MAIO	74
JUNHO	65
JULHO	54
AGOSTO	71
SETEMBRO	66
OUTUBRO	83
NOVEMBRO	75
DEZEMBRO	51
Total	681

AÇÕES IMPETRADAS NO FORUM CÍVEL DESTA COMARCA DURANTE O ANO DE 1991.

ALVARÁ	900
AVERBAÇÃO	204
ALIMENTOS	769
ACORDO/HOMOLOGAÇÃO	272
ADOÇÃO	103
AÇÃO POPULAR	17
ANULAÇÃO DE CASAMENTO	05
AGRAVO DE INSTRUMENTO	07
AUTORIZAÇÃO JUDICIAL	06
ACIDENTE DE TRABALHO	08
AJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA	02
ANULAÇÃO SUBSTITUIÇÃO	02
ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL	07
ARRESTO/SEQUESTRO	08
ATENTADO	13
ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO	02
BUSCA E APREENSÃO-FAM.	75
BUSCA E APREENSÃO-DEC. 91L	158
CONSIGNAÇÃO/DEPÓSITO	755
CANCELAMENTO	42
CAUTELAR	362
CURATELA	90
CARTA PRECATÓRIA	755
DIVÓRCIO	1035
DESPEJO	1337
DECLARATÓRIA	73
DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE MERCANTIL	07
DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO	22
DESAPROPRIAÇÃO	03
DEMARCATÓRIA	01
EXECUÇÃO/EMBARGOS	2533
EXECUÇÃO FISCAL	2310
EMBARGOS DE TERCEIRO	29
EXECUTIVA HIPOTECÁRIA	107
EXIBIÇÃO	05
EMBARGOS DE RETENÇÃO	01
FALÊNCIA	68
FORM./APROV./TESTAMENTO	13
FUNDAÇÕES ORG. FISCAL	01
GUARDA DE MENORES	311
INVENTÁRIO/ARROLAMENTO	225
INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE	90
INVESTIGAÇÃO DE INFRAÇÃO	355
INDENIZAÇÃO	01
JUSTIFICAÇÃO	154
JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	01
MANDADO DE SEGURANÇA	107
NUNCIACÃO DE OBRA NOVA	73
NOTIFICAÇÃO/INTERPELAÇÃO	15
ORDINÁRIA	426
OUTRAS	191
OPOSIÇÃO	03
POSSESSÓRIA	191

PRESTAÇÃO DE CONTAS	23
PROTESTO/NOTIFICAÇÃO/INTERPELAÇÃO	94
RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL	195
REVISIONAL DE ALUGUEL	149
REGISTRO CIVIL	16
REGULAMENTAÇÃO DE VISITA	27
RENOVATÓRIA	17
REIVINDICATÓRIA	17
REVOGAÇÃO DE MANDATO	04
RESTAURAÇÃO DE AUTOS	06
REINTEGRAÇÃO DE CARGO	02
RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL	01
REVOCATÓRIA	01
SEPARAÇÃO	551
SEPARAÇÃO DE CORPOS	61
SUPRIMENTO DE CONSENTIMENTO	32
SUB-ROGAÇÃO	02
SUMARISSIMA	274
SUSPENSÃO DO PÁTRIO PODER.	05
TUTELA	74
TESTAMENTO	07
USUCAPIÃO	15
Total	15.823

PETIÇÕES RECEBIDAS ATRAVÉS DO PROTOCOLO GERAL DO FORUM CÍVEL DESTA COMARCA, DURANTE O ANO DE 1991.

MESES	Nº DE PETIÇÕES
JANEIRO	1.564
FEVEREIRO	2.140
MARÇO	2.998
ABRIL	3.701
MAIO	3.162
JUNHO	2.390
JULHO	1.320
AGOSTO	2.950
SETEMBRO	3.240
OUTUBRO	3.562
NOVEMBRO	3.098
DEZEMBRO	2.746
Total	32.871

DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS PARA AVALIAÇÃO

AVALIADORES	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
1- Renato José D. SIDRIM	11	07	03
2- ALONSO MARIATH GUIMARÃES	10	09	03
3- RAIMUNDO CORRÊA A. NETO	10	07	03
Total	31	23	09

MOVIMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NOS DEPÓSITOS DO 1º E 2º OFÍCIO NO ANO DE 1991.

MÊS	DEPÓSITO 1º OFÍCIO	DEPÓSITO 2º OFÍCIO
JANEIRO	-	-
FEVEREIRO	-	-
MARÇO	02	20
ABRIL	06	-
MAIO	13	11
JUNHO	07	18
JULHO	03	12
AGOSTO	-	14
SETEMBRO	10	12
OUTUBRO	08	-
NOVEMBRO	08	11
DEZEMBRO	20	-

AÇÕES DISTRIBUÍDAS/91

VARAS	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1ª	48	58	79	67	60	39	60	54	58	57	52	632
2ª	64	70	74	55	52	35	62	54	51	70	44	631
3ª	62	73	88	99	140	57	57	46	95	157	63	937
4ª	58	67	72	60	75	39	59	68	67	64	63	692
5ª	51	57	65	57	70	44	63	69	67	60	52	655
6ª	45	67	81	70	69	40	60	53	63	71	58	677
7ª	56	77	101	64	67	42	61	70	56	74	59	727
8ª	68	61	89	67	70	38	62	71	66	80	51	723
9ª	60	62	81	64	62	39	63	67	58	80	61	697
10ª	51	38	60	55	57	32	50	49	48	63	45	548
11ª	48	68	67	55	67	42	56	56	53	54	58	624
12ª	82	77	133	94	107	65	87	86	130	118	108	1087
13ª	121	85	97	90	92	60	84	84	92	72	71	948
14ª	88	74	55	39	156	137	30	112	292	211	295	1488
15ª	89	76	60	37	143	136	36	115	296	201	314	1499
16ª	75	85	125	108	115	63	94	98	131	125	94	1113
17ª	77	72	118	101	115	71	93	93	134	140	108	1122
18ª	48	71	78	71	71	44	59	62	64	59	71	698
1ª p.	09	11	17	21	18	10	14	11	24	11	11	157
2ª p.	08	13	16	21	16	13	14	18	28	13	08	168
TOTAL	1.208	1.262	1.556	1.295	1.622	1.046	1.164	1.336	1.868	1.780	1.686	15.823

1992

"Se os ideais de uma justiça cada vez melhor forem um sonho, isso não tem importância porque lembrando Dom Pedro Calderon de la Barca, tem-se que fazer o bem, e fazer o bem é sempre bom, ainda que em sonhos".

Introdução

Cumprindo as determinações contidas no art. 135 inc. III, da lei 5.008 de 10 de dezembro de 1981, Código Judiciário do Estado, exponho o relatório das atividades desenvolvidas pela Diretoria do Forum Cível, no decorrer do ano de 1992.

Dos vários expedientes que tive a honra e o prazer de encaminhar a V. Exa., esta representa para mim a mais difícil atribuição.

Refletindo sobre o relatório de minhas atividades na Diretoria do Forum Cível desta Comarca, tive noção de que, na realidade, tudo que posso relatar aqui convosco é um árduo exame de consciência, durante os dois anos que exerci referidas funções.

O objetivo a que me dediquei, durante este tempo, foi sempre a procurar de "vias" ou "caminhos" para tornar a justiça mais eficiente e mais humana. Exame de consciência é algo que se faz, em solidão; no entanto, no presente caso, se faz com aquele que, através da confiança, nos depositou uma missão.

Passemos então quais as principais atividades, caracterizadas todas elas por um empenho de reforma. Difícil se torna, indicar todos os problemas constatados e o projeto de solução. Não digo, infelizmente, que todos os problemas tenham sido solucionados, no entanto, em sua maior parte houve êxito na solução.

Uma reforma sempre é muito criticada, principalmente por alguns, que se aferram tenazmente ao status quo.

Não podemos subtrairmo-nos à pesada responsabilidade das opções, das críticas, da luta para resolver os problemas, das exigências e das dificuldades de nosso dia a dia. Cabe-nos a atribuição de agir da maneira que nos pareça mais justa, não raro através de erros, através daquilo a que justamente se chamou o processo de "trial and error", o Galileano "provando e riprovando".

Informática

A informática em sentido estrito, é a informação automática ou automatizada. No que diz respeito à Informática Judiciária, seguindo a classificação de Cortezze, Jacobazzi e Limone, podemos evidenciar a seguinte sub-divisão:

a) Informática Judiciária Procedimental, ou seja, aquela que cuida de armazenar as partes fixas ou imutáveis dos termos de andamento do procedimento que, memorizados em arquivos, podem ser reativados, sempre que necessário.

b) Informática Judiciária Documental, tendo como finalidade trazer à tona informações armazenadas, que interessam à política Judiciária, de acordo com o banco de dados que a contenham.

c) Informática Judiciária Administrativa, que tem por finalidade servir de apoio às unidades encarregadas da distribuição da Justiça, de caráter administrativo, como controle de pessoal, aquisição de bens, etc.

d) Informática Judiciária Jurisdicional, é a destinada a auxiliar o juiz, fornecendo pesquisas e buscas de anotações, sentenças, despachos, votos, anteriormente proferidos em casos semelhantes.

A política de informatização do Forum Cível está essencialmente voltada para a parte jurisdicional propriamente dita, embora sem esquecer a administrativa.

No Forum Cível, a partir de janeiro da política de informática eleita pelo Desembargador Nelson Silvestre de Amorim, presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, com uma visão mais ampla e voltada para o futuro, desvinculando-se do Prodepa, órgão estatal, e lançando mão de uma central de informática própria, com a aquisição de várias máquinas e equipamentos.

No Forum Cível desta Comarca, já se encontram em funcionamento vários sistemas subsistentes.

1ª) Sistema jus, para cadastramento e distribuição:

a - permite o cadastramento de petições e distribuição dos feitos.

b - identifica prevenções

c - emite eletronicamente, documentação do Distribuidor e Ofícios de justiça.

d - fornece pesquisas de processos distribuídos "ou line", e emite informações, "em batc", relatórios, etc.

2º) Sistema de pesquisa e emissão:

a - permite pesquisar as bases de dados instaladas no computador.

b - assegurar o controle de processos e possibilita o seu acompanhamento.

c - permite ao Tribunal a obtenção de informações a respeito de todo acervo da Comarca.

3º) Sistema de Distribuição à avaliadores.

a) distribui entre os avaliadores, as ações enviadas à avaliação.

b) emite informações e relatórios

4º) Sistema do Protocolo Judiciário

a) recebe petições e quaisquer documentos referentes aos processos

b) emite eletronicamente documentação, através de etiquetas, com referências a data e hora do recebimento e documentação aos Ofícios de Justiça, relatórios.

O Sistema permite e oferece, on line:

1. emissão de bilhetes de distribuição
2. pesquisa de processo
3. pesquisa fonética por nome das partes.

Em batch, o Sistema fornece:

1. Fichas e relações onomásticas cíveis
2. Folhas soltas para composição do Livro de Registro de Feitos. É de ressaltar, também, a emissão de formulários para Cartórios, como tipos de mandados, alvarás, ofícios, etc., que muito contribuem para melhor efetivação dos Ofícios de Justiça.

Tendo como objetivo, auxiliar o magistrado, o computador possibilita através de despachos e sentenças anteriormente proferidos, uma luta contra a enfadonha labuta repetitiva e rotineira.

Estão em vias de informatização os Cartórios Oficializados. Também desenvolvida e em fase de implantação a Central de mandados, que cuidará da distribuição de diligências aos Senhores Oficiais de Justiça, acompanhamento, emissão de documentos, relatórios, etc.

Pelo exposto, muita coisa já se fez e muitas outras estão sendo desenvolvidas. O trabalho é árduo, mas há de se agra-

dar os anseios de uma Justiça mais célere, mais eficiente, de mais livre acesso à informação.

Curso de Atualização para Oficiais de Justiça

Considero de importância fundamental a realização, através da Escola de Magistratura de curso para atualização de Oficiais de Justiça. Estreitamente ligado ao aprimoramento da Justiça e melhoria da prestação jurisdicional, o curso foi ministrado normalmente a grupos de 40 Oficiais de Justiça e com duração de 78 hs em nível de aperfeiçoamento.

Nomeação de Oficiais de Justiça

Após a realização do concurso ou oficial de justiça foram nomeados 35 candidatos, tendo posse 33, os quais encontram-se no exercício de suas funções.

Movimento Judiciário

Conforme estatística efetuada através de mapas, verificamos o elevado número de ações distribuídas e, objetivando demonstrar a multiplicidade e diversidade das mesmas, foram efetuados mapas das ações cíveis a partir do mês de janeiro.

A adoção dessas objetivam sobretudo uma avaliação do número de ações recebidas pelas Varas Cíveis.

Conclusão

Esperamos com o trabalho efetuado, um resultado em boa parte satisfatório, ter correspondido a confiança merecida.

É de ressaltar a colaboração dos funcionários do Fórum, em especial aos da Secretaria, bem como dos serventuários que sempre demonstraram confiança na administração.

Maria Helena D'Almeida Ferreira
Juíza Diretora do Fórum

AÇÕES DISTRIBUÍDAS NO FORUM/92

VARAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1ª	35	62	46	51	48	52	43	52	44	43	45	37	558
2ª	41	60	55	50	51	56	38	52	41	42	40	34	560
3ª	39	174	238	182	177	115	118	108	124	123	111	110	1.619
4ª	38	67	54	45	54	61	44	56	53	49	58	55	634
5ª	38	71	59	48	52	64	45	52	47	44	57	46	623
6ª	41	67	53	51	61	65	47	56	55	50	54	55	655
7ª	42	58	56	53	57	67	45	58	58	52	51	54	651
8ª	50	59	59	47	60	61	46	59	49	51	50	52	643
9ª	41	56	60	51	57	67	44	59	51	49	50	52	637
10ª	37	50	57	52	50	53	46	49	51	36	34	41	556
11ª	36	43	55	38	40	44	29	45	39	42	35	38	484
12ª	77	114	107	135	124	157	108	123	145	118	142	129	1.479
13ª	55	91	74	73	84	98	71	91	81	54	79	70	921
14ª	260	79	146	224	1090	197	62	48	20	55	40	37	2.258
15ª	260	74	145	230	1085	279	40	27	18	29	33	37	2.257
16ª	71	101	124	137	123	157	112	122	150	127	145	125	1.494
17ª	71	96	133	137	127	154	110	122	144	123	146	126	1.489
18ª	40	51	62	51	61	52	39	59	50	50	50	49	614
1ª p.	04	13	08	02	02	05	05	03	06	04	04	02	58
2ª p.	09	08	07	01	04	06	05	04	05	04	03	04	60
TOTAL	1.285	1.394	1.598	1.658	3.407	1.810	1.097	1.245	1.231	1.145	1.227	1.153	18.250

PROCESSOS CADASTRADOS/91.

1ª VARA CÍVEL	12
2ª VARA CÍVEL	10
3ª VARA CÍVEL	--
4ª VARA CÍVEL	12
5ª VARA CÍVEL	24
6ª VARA CÍVEL	20
7ª VARA CÍVEL	399
8ª VARA CÍVEL	426
9ª VARA CÍVEL	19
10ª VARA CÍVEL	361
11ª VARA CÍVEL	424
12ª VARA CÍVEL	1.192
13ª VARA CÍVEL	383
14ª VARA CÍVEL	02
15ª VARA CÍVEL	02
16ª VARA CÍVEL	609
17ª VARA CÍVEL	1.076
18ª VARA CÍVEL	643
	5.614
1ª PRETORIA	- 286
2ª PRETORIA	- 168
TOTAL:	454

PROTOCOLO GERAL DO FORUM CÍVEL LEVANTAMENTO DO NÚMERO DE PETIÇÕES PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1992

MÊS	TOTAL DE PETIÇÕES
JANEIRO	1.873
FEVEREIRO	2.751
MARÇO	2.828
ABRIL	2.947
MAIO	3.219
JUNHO	3.475
JULHO	1.911
AGOSTO	2.824
SETEMBRO	3.060
OUTUBRO	2.623
NOVEMBRO	2.941
DEZEMBRO	2.534
TOTAL GERAL:	32.986

SECRETARIA DO FORUM CÍVEL LEVANTAMENTO DE DOCUMENTOS REFERENTES A 1992

REFERÊNCIA	NÚMERO DE DOCUMENTOS
Ofícios Expedidos/Diretoria do Fórum	de 001/92 a 351/92
Declarações Expedidas/Diretoria do Fórum	05
Solicitação de Informação/Concurso Of. Just.	01
Ofício Circular	01
Certidões Expedidas/Secretaria do Fórum	46
Atestados Expedidos/Diretoria do Fórum	22

Pedidos de Nomeação de Escrevente Juramentado	03
Pedidos de Providências à Diretoria do Fórum	07
Ofícios Recebidos pela Diretoria do Fórum	08
Recibos de Prestação de Serviços pelo TJE	40
Portarias Recebidas da Presidência do TJE	61
Portarias Expedidas pela Diretoria do Fórum	001/DF/92 a 0167/DF/92
Provimto Recebido da Corregedoria	001/92

SECRETARIA DO FORUM CÍVEL LEVANTAMENTO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AOS AVALIADORES

DATA	Nº DO PROCESSO	VARA	AVALIADOR JUDICIAL
05.11.92	92001196	14ª	ALONSO GUIMARÃES
05.11.92	92010024	8ª	RENATO SIDRIM JR.
06.11.92	92013407	14ª	ALONSO GUIMARÃES
11.11.92	91105634	1ª	ALONSO GUIMARÃES
11.11.92	92007066	11ª	RAIMUNDO ALMEIDA
11.11.92	92013948	11ª	RENATO SIDRIM JR.
17.11.92	92015831	10ª	RENATO SIDRIM JR.
18.11.92	92000596	1ª	ALONSO GUIMARÃES
18.11.92	91105697	5ª	RAIMUNDO ALMEIDA
19.11.92	85100021	5ª	RAIMUNDO ALMEIDA
19.11.92	90100137	5ª	RAIMUNDO ALMEIDA
23.11.92	91105794	7ª	RAIMUNDO ALMEIDA
24.11.92	92015273	7ª	ALONSO GUIMARÃES
24.11.92	92016476	7ª	ALONSO GUIMARÃES
24.11.92	92010732	1ª	RENATO SIDRIM JR.
24.11.92	91105796	2ª	ALONSO GUIMARÃES
24.11.92	92014424	10ª	RENATO SIDRIM JR.
25.11.92	90100205	1ª	RENATO SIDRIM JR.
25.11.92	92017600	11ª	RENATO SIDRIM JR.
26.11.92	85100024	2ª	RAIMUNDO ALMEIDA
27.11.92	92011978	13ª	RAIMUNDO ALMEIDA
01.12.92	92015359	4ª	ALONSO GUIMARÃES
01.12.92	91105811	4ª	RAIMUNDO ALMEIDA
01.12.92	92007092	4ª	RENATO SIDRIM JR.
02.12.92	87100035	10ª	ALONSO GUIMARÃES
02.12.92	92004961	7ª	ALONSO GUIMARÃES
02.12.92	89010085	12ª	RENATO SIDRIM JR.
03.12.92	92009181	1ª	RAIMUNDO ALMEIDA
04.12.92	92017950	1ª	RAIMUNDO ALMEIDA
04.12.92	92001529	15ª	RENATO SIDRIM JR.
14.12.92	92017846	13ª	ALONSO GUIMARÃES
14.12.92	88010044	10ª	RENATO SIDRIM JR.
14.12.92	92017443	13ª	RENATO SIDRIM JR.
16.12.92	90100288	1ª	RAIMUNDO ALMEIDA
16.12.92	92018441	11ª	RAIMUNDO ALMEIDA
17.12.92	92002543	1ª	ALONSO GUIMARÃES

ALONSO GUIMARÃES: TOTAL DE 12 PROCESSOS
RENATO SIDRIM JR.: TOTAL DE 12 PROCESSOS
RAIMUNDO ALMEIDA: TOTAL DE 12 PROCESSOS

Diretoria do Forum Criminal

Senhor Presidente

Dirijo-me a V.Exa. para apresentar um sucinto Relatório das atividades do Forum Criminal no ano de 1992, anexando os mapas estatísticos que demonstram o movimento da distribuição e julgamento dos processos que deram entrada no Forum Criminal bem assim o que diz respeito ao serviço administrativo e rotineiro da Secretaria e Diretoria do mesmo.

Permita-nos tecer algumas considerações a respeito do trabalho realizado no sentido de melhorar a imagem da Repartição e a qualidade dos serviços aqui prestados. Uma vez detectados os inúmeros problemas de caráter organizacional, comportamental, estrutural e administrativo, era preciso por em prática urgentemente as mudanças que se faziam necessárias.

No setor de Pessoal: a começar pela Secretaria substituímos a Secretária, transferimos funcionários para outros setores e trouxemos outros para a Secretaria. Separamos os setores Protocolo e Distribuição, da Secretaria, transferimos Escrevães e Escreventes, e Auxiliares Judiciários de uma para outra Vara ou Pretoria, sempre que a necessidade de agilização e melhoria de qualidade de serviços assim exigia. Também foram aplicadas medidas de racionalização e simplificação da rotina do Forum, até porque trabalhamos sempre com número insuficiente de funcionários para atender nossas necessidades.

Informática: Como parte do plano de modernização e aperfeiçoamento do Forum Criminal, foram instalados terminais para informatização das atividades da Secretaria objetivando a expedição de Antecedentes Criminais no período de 1967 a 1992, encontrando-se já cadastrado o ano de 1992 e parte do ano de 1991.

Amplicou-se o Sistema de Informática para o Setor de Distribuição de Processos. Todos os processos do ano de 1992 já foram distribuídos pelo Sistema. No setor também está sendo feito o cadastramento de processos em tramitação nos Cartórios, dos anos de 1991 para traz, estando concluído o ano de 1991.

Foi instalado também o Sistema de Controle de Protocolo.

Reorganização do Espaço Físico: objetivando melhores condições de trabalho procederam-se as reformas no Gabinete da Diretoria. Instalamos o Serviço de Distribuição de Processos e Protocolo em sala separada da Secretaria, permitindo um melhor atendimento ao público nos dois setores, e melhores acomodações para os funcionários. A reforma ainda falta se completar com a substituição dos armários impréstáveis pois tomados pelos cupins, e dos móveis tanto do Gabinete da Diretoria como da Secretaria.

Com a mudança do Setor Administrativo do Tribunal de Justiça para o Anexo II pretendíamos solucionar o problema dos Juizes instalados em salas improvisadas, que mais parecem "casas de pombo", sem privacidade e condições de desenvolvimento de um trabalho bom por parte dos seus ocupantes. Vimos frustrada nossa pretensão de conseguir todo espaço do Prédio Anexo, construído para ali ser instalado o Forum Criminal, o que não foi efetivado à época. Tivemos que nos contentar em ficar apenas com as salas do 2º piso, mas nem isso conseguimos totalmente, ali ainda permaneceram ocupadas as salas onde funcionam o Juizado de Menores, Gabinetes médico e odontológico, e duas salas com assessores. Desse modo só foi possível transferir para aquele setor os Gabinetes dos Juizes das 12ª, 13ª e 14ª Varas e respectivos Cartórios, estando previsto até o final do mês a mudança da 11ª Vara para aquele anexo e da 1ª e 2ª Varas para outros gabinetes, permitindo assim a desativação daqueles construídos no "hall" do Salão do Tribunal do Júri, a fim de que aquele volte ao seu estado primitivo, atualmente totalmente deformada.

Foi providenciada também a reforma do local onde estavam localizadas as 12ª, 13ª e 14ª Varas, e ali já estão adiantados os serviços para serem instalados a copa do Forum, um gabinete de Juiz e uma sala para reuniões.

Durante o ano de 92, foram promovidos ainda cursos para Oficiais de Justiça e datilógrafos, tendo esta Diretoria se empenhado no sentido de que fosse inscrito o maior número possível de integrantes deste Forum Criminal. Tentamos de todos os meios a melhoria da estrutura funcional da Repartição em geral a fim de atender as exigências atuais. Nem tudo foi possível conseguir, porém é justo ressaltar o empenho dos funcionários ligados diretamente a esta Diretoria, Secretaria, Distribuição e Protocolo e demais funcionários e serventuários do Forum, que não mediram esforços no sentido de atender o que lhes era solicitado, sem a colaboração, boa vontade e apoio dos quais não poderia eu, dirigir este Forum Criminal nestes dois anos que tive a honra de fazê-lo, e obter os resultados alcançados.

À V.Exa. Senhor Desembargador Nelson Silvestre Rodrigues Amorim pelas provas de cortesia, apreço, bondade e estima com que sempre me distinguiu e principalmente pela confiança que despositou em minha pessoa. Os meus agradecimentos com mais merecido respeito e distinguida consideração e estima.

Dra. HERALDA DALCINDA BLANCO RENDEIRO

Diretora do Forum Criminal

ATIVIDADES EXECUTADAS NA DIRETORIA DO FORUM CRIMINAL NO ANO DE 1992.

Ofícios expedidos.....	249
Portarias expedidas.....	293
Ofícios recebidos.....	249
Resenhas encaminhadas ao Diário Oficial.....	526
Expedientes encaminhados à Secretaria do Forum Criminal.....	199
Documentos Diversos.....	92
Ordem de Serviço.....	08
Expedientes encaminhados à Coordenadoria Setorial do Forum Criminal.....	293
Expedientes encaminhados à Distribuição do Forum Criminal.....	193
Portarias recebidas da Presidência do T.JE.....	77
Resenhas recebidas da Secretaria do Forum Criminal.....	12
Proventos recebidos da Corregedoria.....	02
Relatório sobre registros de processos da Secretaria do Forum Criminal.....	20
Comunicação de férias de funcionários lotados no Tribunal de Justiça à disposição do Forum Criminal.....	30
Processos de Sindicância.....	04

ATIVIDADES EXECUTADAS NA SECRETARIA DO FORUM CRIMINAL

Ofícios expedidos de prorrogação de prazo.....	1167
Ofícios expedidos para atender à solicitação sobre antecedentes criminais.....	136
Certidões de tempo de serviço de funcionários do Forum Criminal e outras informações através de certidão.....	73
Certidões de Antecedentes Criminais aos Juizes e ao Público.....	3.463
Ofícios expedidos pela distribuição de processos criminais.....	165

ATIVIDADES FORENSES DA 3ª VARA PENAL DA CAPITAL

Despachos proferidos.....	972
Inquéritos recebidos.....	144
Habeas corpus recebidos.....	124
Fianças arbitradas.....	012
Liberdade provisória concedida.....	009
Processos redistribuídos.....	171
Audiências realizadas.....	252
Ofícios expedidos.....	265
Ofícios recebidos.....	079
Portarias expedidas.....	052
Mandados expedidos.....	476
Diligências.....	007
Editais expedidos.....	053
Cartas precatórias recebidas e cumpridas.....	025
Cartas precatórias expedidas.....	012
Prisões preventivas decretadas.....	019
Prisões preventivas denegadas.....	008
Processo em grau de recurso.....	004

AÇÕES PENAIS RECEBIDAS:

Furto.....	41
Roubo.....	28
Estelionato.....	19
Apropriação Indébita.....	02
Receptação.....	04
Lesões Corporais Graves.....	10
Estupro.....	04
A. Violento ao Pudor.....	07
Peculato.....	01
Uso de Documento Falso.....	02
Falsificação de Documento Particular.....	01
Alteração de Substância Alimentícia ou Medicinal.....	01
Abuso de Incapazes.....	01
Art. 137 da Lei 8.137.....	01
Total.....	122

PROCESSOS JULGADOS

Condenações.....	13
Absoluções.....	09
Arquivamentos.....	14
Prescritos.....	258
Total.....	294
Sentenças terminativas de processos.....	022
Total de processos em tramitação no final de 1992.....	127

ATIVIDADES FORENSES DA 4ª VARA PENAL

AÇÕES CRIMINAIS:

PROCESSOS RECEBIDOS E AUTUADOS:	
Roubo.....	13
Roubo Qualificado.....	15
Tentativa de Roubo.....	01
Tentativa de Roubo Qualificado.....	01
Furto.....	07
Furto Qualificado.....	24
Tentativa de Furto.....	02
Tentativa de Furto Qualificado.....	01
Estelionato.....	20
Apropriação Indébita.....	06
Receptação.....	05
Falsidade Ideológica.....	01
Lesões Corporais Graves.....	09
Latrocínio.....	01
Estupro.....	08
Rapto.....	01
Habeas-Corpus Liberatório.....	79
Habeas-Corpus Preventivo.....	67
Total.....	261

PROCESSOS ARQUIVADOS	
Furto.....	03
Estelionato.....	05
Apropriação Indébita.....	03
Lesões Corporais.....	04
Total.....	15
PROCESSOS ENCAMINHADOS AO T.JE.....	06
PROCESSOS JULGADOS.....	125

PROCESSOS COM DESPACHOS INTERLOCUTÓRIOS:	
Flagrante mantido.....	29
Fiança concedida.....	20
Liberdade Provisória concedida.....	18
Revogação de Prisão Preventiva.....	06
Relaxamento de Flagrante.....	01
Decretação de Prisão Preventiva.....	11
Pedido de Prisão preventiva indeferido.....	10
Pedido de Liberdade Provisória indeferido.....	08
Pedido de Revogação de Prisão Preventiva indeferido.....	01
Revogação de Liberdade Provisória.....	120
Total.....	200

PROCESSOS COM OUTROS DESPACHOS:	
Despachos diversos.....	942
Prisão Temporária mantida.....	006
Total.....	948

EXPEDIENTES DIVERSOS:	
Inquéritos Policiais Recebidos.....	139
Flagrantes Recebidos.....	044
Cartas Precatórias recebidas.....	030
Total.....	213
AUDIÊNCIAS REALIZADAS.....	463

EXPEDIENTE DO CARTÓRIO:	
Recebidos: Ofício.....	401
Portaria.....	053
Petição.....	332
Certidão.....	115
Procuração.....	010
Recursos de Habeas-Corpus.....	006
Nota de Culpa.....	001
Expedidos: Ofício.....	429
Portaria.....	169
Mandado.....	498
Mandado de Prisão.....	057
Certidão.....	027
Edital.....	039
Guia de Recolhimento.....	001
Intimação.....	029
Alvará de Soltura.....	047
Salvo Conduto.....	029
Notificação.....	009
Total.....	2.252

ATIVIDADES FORENSES DA 5ª VARA PENAL NO ANO DE 1.992.

Despachos Proferidos.....	1.424
Inquéritos Recebidos.....	130
Habeas Corpus Recebidos.....	120
Fianças Arbitradas.....	35
Liberdade Provisória Concedida.....	19
Processos Redistribuídos.....	15
Audiências Realizadas.....	250
Ofícios Expedidos.....	293
Ofícios Recebidos.....	120
Portarias Expedidas.....	180
Mandados Expedidos.....	420
Diligências.....	20
Editais Expedidos.....	63
Carta Precatória Recebida e Cumprida.....	18
Carta Precatória Expedida.....	29
Prisões Preventivas Decretadas.....	09
Prisões Preventivas Denegadas.....	28
Processo em Grau de Recurso.....	00

Ações Penais Recebidas:	
Furto.....	30
Roubo.....	22
Furto e Receptação.....	10
Receptação.....	03
Lesões C. Graves.....	03
Corrupção Passiva.....	01
Apropriação Indébita.....	01
Estelionato.....	12
Fals. de Documento Público.....	01
Fals. de Doc. Púb. e Uso de Doc. Falso.....	01
Bigamia.....	01
Estupro e Atentado Violento ao Pudor.....	01
Fals. de Documento Particular.....	01
Total.....	87

Processos Julgados:	
Condenações.....	30
Absoluções.....	18
Arquivamentos.....	16
Prescritos.....	01
Total.....	65
Sentenças Terminativas de Processos.....	65
Total de Processos em Tramitação no final de 1.992.....	533

ATIVIDADES FORENSES DA 6ª VARA CRIMINAL DO ANO 1992

Inquéritos recebidos/autuados:	
Crimes contra o patrimônio.....	28
Furto Simples.....	11
Furto Qualificado.....	36
Roubo.....	32
Estelionato.....	03
Apropriação Indébita.....	08
Receptação.....	01
Peculato.....	02
Formação de Quadrilha.....	01
Concussão e Prevaricação.....	01

Outros feitos penais:	
Lesões Corporais.....	13
Atentado Violento ao pudor.....	02
Estupro.....	03
Falsidade Ideológica.....	01
Favorecimento a Prostituição.....	01
Cárcere Privado.....	01
Total.....	143

Flagrantes.....	28
Mantidos.....	05
Relaxados.....	05

Cartas Precatórias:	
Expedidas.....	39
Cumpridas.....	29
Despachos de Expedientes.....	445
Decretação de Prisão Preventiva.....	23
Liberdades Provisórias recebidas.....	22
Liberdades Provisórias Indeferidas.....	04
Revogação de Preventiva.....	06
Revogação Preventiva indeferida.....	01
Alvarás de soltura.....	29
Salvo Conduta.....	17

Mandados de Prisão.....	04
Portarias.....	09
Fiança.....	21
Edital.....	62
Trancamento de Inquérito.....	01
Decretação de revelia.....	14
Vistas ao MP.....	335
Vistas a defesa.....	65
Ofícios expedidos.....	182
Ofícios recebidos.....	75
Processos redistribuídos.....	60
Processos em grau de recurso.....	01
Sentenças terminativas de processos.....	76
Processos arquivados.....	12
Processos julgados.....	10

Processos arquivados por sentença:	
Condenação.....	47
Absolução.....	50
Prescrição.....	325

MOVIMENTO FORENSE DA 7ª VARA PENAL EM 1992

Denúncias recebidas.....	119
Inquéritos recebidos.....	125
Habeas Corpus Recebidos e Julgados.....	114
Arquivamentos.....	11
Flagrantes Recebidos e Mantidos.....	34
Flagrantes Relaxados.....	03
Diligências.....	05
Prisões Preventivas Decretadas.....	02
Prisões Preventivas Denegadas.....	02
Mandados Expedidos.....	510
Audiências Realizadas.....	335
Liberdades Provisórias Concedidas.....	14
Portarias Expedidas.....	79
Ofícios Expedidos.....	270
Cartas Precatórias Recebidas.....	23
Cartas Precatórias Expedidas.....	20
Fianças Arbitradas.....	10
Editais Expedidos.....	82
Despachos.....	2.547
Sentenças Terminativas de Processos.....	151
Processos em Tramitação.....	960

ATIVIDADES FORENSES DA 8ª VARA PENAL

ESTATÍSTICA RELATIVA AO ANO DE 1992

PROCESSOS RECEBIDOS E AUTUADOS:	
LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	83
EXECUÇÃO PENAL INSTAURADAS.....	409
PROCESSOS EM ANDAMENTO:	
LIVRAMENTO CONDICIONAL (ao Ministério Público).....	63
LIVRAMENTO CONDICIONAL (no Conselho Penitenciário).....	164
LIVRAMENTO CONDICIONAL (no Cartório-diligência).....	20
PROGRESSÃO DA PENA (ao Ministério Público).....	70
PROGRESSÃO DA PENA (Comissão de Classificação).....	01
PROGRESSÃO DA PENA (no Cartório).....	03
REGRESSÃO DA PENA (ao Ministério Público).....	29
REGRESSÃO DA PENA (Comissão de Classificação).....	01
REGRESSÃO DA PENA (no Cartório).....	00
INDULTO (ao Conselho Penitenciário).....	03

REMISSÃO DA PENA (ao Ministério Público).....	09
REDUÇÃO DA PENA (no Cartório).....	05
PROCESSOS JULGADOS.....	32
LIVRAMENTO CONDICIONAL (deferidos).....	13
INDULTO (deferido).....	28
PROGRESSÃO DA PENA (deferido).....	52
SAÍDA TEMPORÁRIA (deferido-Colônia Agrícola).....	3150
PROCESSO ARQUIVADO.....	21
INDULTO.....	41
DIVERSOS.....	353
GUIAS EXPEDIDAS.....	463
OFÍCIOS EXPEDIDOS.....	422
CERTIDÕES DE PRIMARIEDADES.....	279
LANÇAMENTOS NO ROL DOS CULPADOS.....	3150
DESPACHOS DIVERSOS.....	21
ALVARÁ DE SOLTURA EXPEDIDOS.....	41
AUDIÊNCIAS.....	41

ATIVIDADES FORENSES DA 9ª VARA PENAL NO ANO DE 1992

Despachos Proferidos.....	2.070
Inquéritos Recebidos.....	150
Habeas Corpus Recebidos e Revogados.....	110
Fianças Arbitradas.....	09
Liberdade Provisória Concedida.....	12
Processos Redistribuídos.....	273
Audiências Realizadas.....	30
Ofícios Recebidos.....	350
Ofícios Expedidos.....	150
Portarias Expedidas.....	300
Mandados Expedidos.....	450
Diligências.....	35
Editais Expedidos.....	21
Carta Precatória Recebida e Cumprida.....	07
Cartas Precatórias Expedidas.....	30
Prisões Preventivas Decretadas.....	15
Prisões Preventivas Denegadas.....	04
Processos em Grau de Recursos.....	04
Ações Penais Recebidas.....	16
Furto.....	26
Roubo.....	18
Estelionato.....	07
Apropriação Indébita.....	07
Receptação.....	04
Estupro.....	01
Atentado violento ao Pudor.....	02
Falsificação de Documento Público.....	01
Uso de Documento Falso.....	00
Corrupção de Menores.....	18
Furto Qualificado.....	100

T O T A L.....	23
Processos Julgados.....	09
Condenações.....	06
Absoluções.....	08
Arquivamentos.....	00
Prescritos.....	23
T O T A L.....	16
Sentenças Terminativas de Processos.....	16
Total de Processos em Tramitação no final de 1992.....	16

ATIVIDADES FORENSES DA 10ª VARA PENAL NO ANO DE 1992

Despachos Proferidos.....	2.178
Inquéritos Recebidos.....	83
Habeas-Corpus Recebidos e Julgados.....	148
Flagrantes Recebidos.....	48
Fianças Arbitradas.....	24
Liberdade Provisória Concedida.....	12
Processos Redistribuídos.....	02
Audiências Realizadas.....	456
Ofícios Expedidos.....	480
Ofícios Recebidos.....	75
Portarias Expedidas.....	80
Mandados Expedidos.....	560
Diligências.....	26
Editais Expedidos.....	54
Carta Precatória Recebida e Cumprida.....	26
Cartas Precatórias Expedidas.....	17
Prisões Preventivas Decretadas.....	17
Prisões Preventivas Denegadas.....	26

Carta Precatória Expedida.....	23
Processo em grau de Recurso.....	00
Ações Penais Recebidas.....	40
Furto.....	24
Roubo.....	21
Estelionato.....	04
Apropriação Indébita.....	03
Receptação.....	13
Lesões Corporais.....	04
Estupro.....	05
Atentado Violento ao Pudor.....	01
Falsificação de Documento Público.....	01
Uso de Documento Falso.....	01
Corrupção de Menores.....	117
Total.....	117

Processos Julgados.....	14
Condenações.....	20
Absoluções.....	15
Arquivamentos.....	03
Prescritos.....	52
Total.....	34
Sentenças Terminativas de Processos.....	83
Total de Processos em Tramitação no final de 1992.....	83

ATIVIDADES FORENSES DA 11ª VARA PENAL EM 1992

Despachos Proferidos.....	1.280
Inquéritos Recebidos.....	143
Habeas Corpus Recebidos.....	143
Fianças Arbitradas.....	23
Liberdade Provisória Concedida.....	16
Processos Redistribuídos.....	07
Audiências Realizadas.....	255
Ofícios Expedidos.....	417
Ofícios Recebidos.....	34
Portarias Expedidas.....	61
Mandados Expedidos.....	460
Diligências.....	22
Editais Expedidos.....	45
Carta Precatória Expedida.....	10
Carta Precatória Recebida e Cumprida.....	28
Prisões Preventivas Decretadas.....	10
Prisões Preventivas Denegadas.....	27
Processos em Grau de Recurso.....	04

Ações Penais Recebidas.....	26
Furto.....	13
Roubo.....	04
Furto e Receptação.....	03
Tentativa de Furto.....	01
Furto e Estelionato.....	01
Tentativa de Roubo.....	01
Peculato.....	01
Estelionato.....	17
Apropriação Indébita.....	05
Receptação.....	03
Lesões Corporais.....	08
Atentado Violento ao Pudor.....	01
Estupro.....	01
Latrocínio.....	04
Maus Tratos.....	01
Falsa Identidade.....	01
Sedução.....	01
Concussão e Violência Arbitrária.....	01
Falsificação de Documento Público.....	01
Corrupção de Menores.....	01
Homicídio Qualificado.....	01
Extorsão.....	01
Total.....	96

Processos Julgados.....	45
Condenações.....	30
Absoluções.....	12
Arquivamentos.....	03
Prescritos.....	42
Total.....	113
Sentenças Terminativas de Processos.....	113
Total de Processos em Tramitação no final de 1992.....	113

ATIVIDADES FORENSES DA 12ª VARA PENAL DURANTE O ANO/92

Despachos Proferidos.....	1.400
Inquéritos recebidos.....	140
Habeas-Corpus Recebidos.....	139
Fianças Arbitradas.....	26
Liberdade Provisória Concedida.....	09
Processos Redistribuídos.....	03
Audiências Realizadas.....	225
Ofícios Expedidos.....	507
Ofícios Recebidos.....	75
Portarias Expedidas.....	60
Mandados Expedidos.....	380
Diligências.....	17
Editais Expedidos.....	22
Carta Precatória Recebida e cumprida.....	30
Carta Precatória Expedida.....	10
Prisões Preventivas Decretadas.....	13
Prisões Preventivas Denegadas.....	24
Processo em Grau de Recurso.....	02
Ações Penais Recebidas.....	26
Furto.....	18
Roubo.....	11
Estelionato.....	04
Apropriação Indébita.....	04
Receptação.....	04
Lesões Corporais.....	04
Estupro.....	03
Atentado Violento ao Pudor.....	04
Falsificação de documento Público.....	02
Prevaricação.....	01
Porte de Arma.....	01
Total.....	87
Processos Julgados.....	10
Condenações.....	02
Absoluções.....	04
Arquivamentos.....	02
Prescritos.....	18
Total.....	10
Sentenças Terminativas de Processo.....	91
Total de Processo em Tramitação no final de 1992.....	91

ATIVIDADES FORENSES DA 13ª VARA PENAL NO ANO DE 1992

Despachos Proferidos.....	866
Inquéritos Recebidos.....	93
Habeas-Corpus Recebidos.....	40
Fianças Arbitradas.....	Nenhuma
Liberdade Provisória Concedida.....	Nenhuma
Processos Redistribuídos.....	06
Audiências Realizadas.....	163
Ofícios Expedidos.....	1.261
Ofícios Recebidos.....	938
Portarias Expedidas.....	240
Mandados Expedidos.....	315
Diligências.....	24
Editais Expedidos.....	26
Cartas Precatórias Recebidas e Cumpridas.....	21
Cartas Precatórias Expedidas.....	07
Prisões Preventivas Decretadas.....	03
Prisões Preventivas Denegadas.....	01
Processos em Grau de Recurso.....	30
Ações Penais Recebidas.....	94
Entorpecentes.....	17
Economia Popular.....	12
Imprensa.....	123
Total.....	123
Processos Julgados.....	78
Condenações.....	14
Absoluções.....	02
Arquivamentos.....	75
Prescritos.....	169
Total.....	805
Total de Processos em Tramitação no Final de 1992.....	805

(* Incluído os processos Redistribuídos)

ATIVIDADES FORENSES DA 14ª VARA PENAL DO ANO DE 1992.

Juízes: 03/Fev a 20 março de 1992 - Dr. Otávio Marcelino Maciel	
23/março a 30 dezembro de 1992-Dr. Raimundo Holanda Reis	
Despachos Proferidos.....	1.082
Inquéritos Recebidos.....	93
Habeas Corpus Recebidos e Julgados.....	22
Fianças Arbitradas.....	04
Liberdade Provisória Concedida.....	01
Processos Redistribuídos: Recebidos.....	506
Encaminhados a outros Juizes.....	04
Ofícios Expedidos.....	1.031
Ofícios Recebidos.....	408
Portarias Expedidas.....	63
Mandados Expedidos.....	624
Diligências.....	13
Editais Expedidos.....	30
Audiências Realizadas.....	295
Carta Precatória Recebida e Cumprida.....	26
Carta Precatória Expedida.....	27
Prisão Preventiva: Decretada.....	04
Denegada.....	02
Processo em Grau de Recurso.....	08
Ações Penais Recebidas.....	45
Tráfico de Entorpecentes.....	28
Uso de Entorpecentes.....	01
Associação p/Tráfico.....	07
Economia Popular.....	08
Queixa-Crime (Lei 5.250/67).....	89
Total.....	89
Sentenças Proferidas:	
Condenatória.....	60
Absolutória.....	51
Prescrição.....	59
Total.....	170
Total de Processos em Tramitação.....	415

ATIVIDADES FORENSES DA 1ª PRETORIA PENAL NO ANO DE 1992

Despachos Proferidos.....	1.978
Inquéritos Recebidos.....	205
Processos Redistribuídos.....	07
Audiências Realizadas.....	437
Ofícios Expedidos.....	355
Ofícios Recebidos.....	58
Mandados Expedidos.....	411
Diligências.....	43
Editais Expedidos.....	48
Cartas Precatórias Recebidas e Cumpridas.....	41
Cartas Precatórias Expedidas.....	39
Processos em Grau de Recurso.....	02
Comunicação de Prisão em Flagrante.....	69
Processos Arquivados.....	05
Rejeição de Queixa.....	04
Processos Concluídos para Sentença.....	05
Ações Penais Recebidas.....	126
Lesões Corporais Leves.....	28
Lesões Corporais Culposas.....	11
Ameaça.....	42
Homicídio Culposo.....	10
Contravenção.....	03
Queixa-Crime.....	10
Lesões Recíprocas.....	11
Desacato e Resistência.....	03
Dano.....	01
Falsa Identidade.....	01
Delitos de Trânsito.....	03
Invasão de Domicílio.....	249
Total.....	249
Processos Julgados.....	05
Absoluções.....	06
Condenações.....	08
Arquivamentos.....	71
Prescritos.....	90
Total.....	406
Total de processos em tramitação no final de 1992.....	406

Banco de Dados do Poder Judiciário

Durante o biênio 1991/92 foi a seguinte a movimentação do Tribunal de Justiça do Estado através de seu Plenário e suas Câmaras e Conselho de Magistratura:

SESSÕES REALIZADAS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRIBUNAL PLENO	1991	1992
Sessões Ordinárias	19	19
Sessões Extraordinárias	05	05
Sessões Solenes	05	06

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS	1991	1992
Sessões Ordinárias	39	36
Sessões Extraordinárias	01	-

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS	1991	1992
Sessões Ordinárias	39	36
Sessões Extraordinárias	01	-

CONSELHO DA MAGISTRATURA	1991	1992
Sessões Ordinárias	12	14
Sessões Extraordinárias	-	-
Câmara de Férias	05	08

CÂMARAS ISOLADAS	1991	1992
1ª Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas	37	41
2ª Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas	38	39
3ª Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas	39	39

CÂMARAS ISOLADAS	1991	1992
1ª Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas	03	-
2ª Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas	-	02
3ª Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas	-	-

O Banco de Dados do Poder Judiciário, criado pela Resolução nº 09/91, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador Nelson Silvestre Rodrigues Amorim, registrou e indexou os dados anexos, formadores da base de dados do judiciário, atinentes ao movimento processual do segundo grau, da Secretaria e Subsecretaria do Tribunal, e informa ainda dados complementares da atual administração:

Durante o período 1991/1992, os trabalhos relativos às Câmaras Reunidas estiveram sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos, Vice-Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, Relatora nata de todos os pedidos de Habeas-Corpus protocolados nesse período.

ATIVIDADES DA VICE-PRESIDÊNCIA

	1991	1992
INFORMAÇÕES SOLICITADAS PELO ST.F.	04	11
INFORMAÇÕES PRESTADAS AO ST.F. SOBRE RECURSOS	04	11
RECURSOS RECEBIDOS DE BRASÍLIA	04	11
OFÍCIOS EXPEDIDOS	483	446
HABEAS-CORPUS JULGADOS	221	150
PEDIDOS DE DESAFORAMENTO	1	10

MOVIMENTO PROCESSUAL - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRIBUNAL PLENO	1991	1992
Processos Recebidos e Distribuídos	158	129
Processos Julgados	080	098

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS	1991	1992
Processos Recebidos e Distribuídos	284	327
Processos Julgados	220	215

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS	1991	1992
Processos Recebidos e Distribuídos	278	289
Processos Julgados	229	150

CONSELHO DA MAGISTRATURA	1991	1992
Processos Recebidos e Distribuídos	037	036
Processos Julgados	009	014

CÂMARAS ISOLADAS - Distribuídos	1991	1992
1ª Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas	480	444
2ª Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas	480	442
3ª Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas	477	448

CÂMARAS ISOLADAS - Julgados	1991	1992
1ª Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas	405	503
2ª Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas	320	331
3ª Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas	642	403

ATIVIDADES FORENSES DA 2ª PRETORIA CRIMINAL DE 1992.

Despachos Proferidos	1.048
Audiências realizadas	411
Editais Publicados	61
Ofícios recebidos	38
Ofícios expedidos	598
Cartas Precatórias recebidas e cumpridas	30
Cartas Precatórias expedidas	53
Flagrantes Mantidos	74
Processos redistribuídos	31
Mandados expedidos	486
Ações Penais recebidas:	
Lesão Corporal Culposa	14
Lesão Corporal Leve	63
Homicídio Culposos	19
Ameaça	06
Porte ilegal de Arma	02
Fraude com Violência	01
Embriaguês	02
Injúria com agravante	01
Usurpação com alteração de limites	01
Dano	10
Lesão leve com concurso de pessoas	02
Lesão culposa com maus tratos	01
Alteração de limites com violência	01
Incitação ao crime de usurpação	01
Desacato	09
Falsificação de documento público	01
Maus tratos	01
Lesão corporal de natureza grave	01
Direção perigosa e dirigir embriagado	03
Resistência e desobediência	04
Falta de habilitação para Dirigir	02
Catúnia	03
Difamação	03
Injúria	01
Lesão Leve com concurso de Pessoas	05
Processos Julgados:	
Condenações	31
Absoluções	51
Arquivamentos	29
Prescrições	06
Sentenças terminativas de processos	08
Total de Processos em Tramitação no final de 1992	187

ATIVIDADES DA 3ª PRETORIA CRIMINAL DA COMARCA DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ.

Despachos	1.256
Audiências	423
Editais Publicados	62
Ofícios Recebidos	41
Ofícios Expedidos	176
Cartas Precatórias Recebidas e Cumpridas	25
Cartas Precatórias Expedidas	13
Flagrantes Mantidos	96
Processos Redistribuídos	56

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO NO INÍCIO DO ANO JUDICIÁRIO DE 1992

Total	112
INQUÉRITOS RECEBIDOS DURANTE O ANO DE 1992	189
AÇÕES PENAIS PRIVADAS (QUEIXAS CRIME) RECEBIDAS	16
PROCESSOS REDISTRIBUÍDOS (5ª PRETORIA e VARAS PENAS)	56
TOTAL DE FEITOS CRIMINAIS RECEBIDOS DURANTE O ANO DE 92	262
TOTAL DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO NESTE JUÍZO DURANTE O ANO DE 1992	374
PROCESSOS JULGADOS DURANTE O ANO DE 1992	
Condenações	51
Absoluções	41
Arquivamento	16
Prescrições	12
Ações Privadas	09
TOTAL	129
PROCESSOS EM GRAU DE RECURSO AO T.J.E.	22
FEITOS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO AO FINAL DO ANO DE 1992, NO CARTÓRIO DA 3ª PRETORIA CRIMINAL	245

ATIVIDADES DA 4ª PRETORIA CRIMINAL

PROCESSOS RECEBIDOS E AUTUADOS	58
Lesões corporais leves	02
Desobediência e desacato	01
Ameaça calúnia e difamação	03
Homicídio culposos e lesões corp. culposas	05
Ameaça	06
Lesões corp. culposas	07
Lesão corp. corporal seguida de morte	01
Homicídio culposo	03
Lesões corp. reciprocas e dano	03
Lesões corp. leves e resistência	01
Direção perigosa e embriaguês	01
Ameaça vadiagem e embriaguês	01
Dano	04

PROCESSOS ARQUIVADOS:	32
Lesões corp. leves e outros	03
Queixa-crime	02
Resistência	236
IP(oriundos do arquivo da SRC.)	03
PROCESSOS ENCAMINHADOS E RECEBIDOS DO EGREGIO	09
PROCESSOS ENCAMINHADOS A OUTROS JUIZES	

PROCESSOS JULGADOS	83
Lesões corp. leves e diversos	03
Queixa-crime	48
Prescritos (oriundos da SRC.)	

PROCESSOS RECEBIDOS POR REDISTRIBUIÇÃO	50
Oriundo da 5ª Pretoria	306
Oriundo da SRC	

EXPEDIENTES DIVERSOS	185
IP:	99
Flagrante	14
Queixa-crime	24
Carta precatória expedida	34
Carta precatória recebidas	159
Audiências realizadas	2152
Despachos prolatados	310
Ofícios expedidos	06
Fianças arbitradas	

ATIVIDADES FORENSES DA 6ª PRETORIA CRIMINAL DO ANO DE 1992

Despachos Proferidos	1.470
Inquéritos Recebidos	193
Fianças Arbitradas	04
Liberdade Provisória Concedida	04
Audiências Realizadas	338
Ofícios Recebidos	10
Processos Redistribuídos	46
Ofícios Expedidos	438
Mandados Expedidos	40
Editais Expedidos	37
Carta Precatória Recebida e Cumprida	40
Carta Precatória Expedida	01
Processo em grau de recurso	

Ações Penais Recebidas:	86
Lesões Corporaes Leves	23
Lesões corporaes Culposas	25
Homicídio culposo	03
Desacato	07
Ameaça	01
Arremesso de projétil	08
Contravenção Penal	01
Curanderismo	02
Exercício arbitrário das próprias razões	07
Lesões corporais reciprocas	02
Dano	01
Ato obsceno	01
Resistência	01
Invasão de domicilio	01
Tráfico de mulher	01
Total	169

Processos Julgados:	06
Condenações	35
Absoluções	09
Arquivamento	53
Prescrito	103
Total	424
Total de Processos em Tramitação no final de 1992	

Desembargadores	Recebidos		Julgados	
	1991	1992	1991	1992
Lydia Dias Fernandes	40	23	35	14
Ricardo Borges Filho	37	32	26	26
Ary da Motta Silveira	05	01	-	-
Manoel de Christo Alves Filho	31	30	15	21
Nelson Silvestre Rodrigues Amorim	01	-	01	05
Ossiam Corrêa de Almeida	29	34	20	15
Stéleo Bruno dos Santos Menezes	44	34	17	24
Almir de Lima Pereira	27	31	07	13
Calistrato Alves de Mattos	28	29	05	10
Orlando Dias Vieira	33	35	16	17
Romão Amoêdo Neto	42	24	13	23
Maria Lúcia Marcos dos Santos	262	239	229	166
Aurélio Corrêa do Carmo	58	-	13	-
Maria Izabel de Negreiros Leão	45	33	04	22
Wilson de Jesus Marques da Silva	21	24	08	13
Humberto de Castro	58	47	03	16
Clímenie Bernadette de Araújo Pontes	40	24	06	11
José Alberto Soares Maia	75	25	10	23
Maria Nazareth Brabo de Souza	57	09	38	18
Carlos Fernando de Souza Gonçalves	26	30	05	10
Pedro Paulo Martins	36	18	01	19
João Alberto C. Branco Paiva	-	18	-	11
Elzaman da Conceição Bittencourt	-	07	-	-
TOTAL	995	781	472	477

PROCESSOS RECEBIDOS - CÂMARAS ISOLADAS

1ªs CÂMARAS	Penais		Cíveis	
	1991	1992	1991	1992
Lydia Dias Fernandes	68	28	66	36
Ricardo Borges Filho	33	54	38	61
Ary da Motta Silveira	-	35	39	-
Almir de Lima Pereira	51	54	54	66
Izabel Vidal de Negreiros Leão	71	54	28	68
Carlos Fernando S. Gonçalves	47	54	28	68
Elzaman da Conceição Bittencourt	-	09	-	10

2ªs CÂMARAS	Penais		Cíveis	
	1991	1992	1991	1992
Nelson Silvestre Amorim	-	-	-	-
Manoel de Christo Alves Filho	54	48	49	52
Ossiam Corrêa de Almeida	44	50	49	55
Aurélio Corrêa do Carmo	37	-	26	-
Clímenie Bernadette de Araújo	47	44	49	46
Humberto de Castro	44	49	33	53
Stéleo Bruno dos Santos Menezes	35	55	29	61
João Alberto C.B. Paiva	-	35	-	33

3ªs CÂMARAS	Penais		Cíveis	
	1991	1992	1991	1992
Calistrato Alves Mattos	47	48	47	46
Orlando Dias Vieira	57	57	46	57
Romão Amoêdo Neto	34	36	43	42
Maria Lúcia Marcos dos Santos	-	-	-	-
José Alberto Soares Maia	65	43	47	44
Maria de Nazareth Brabo de Souza	49	57	28	58
Pedro Paulo Martins	23	45	31	51

1ªs CÂMARAS	Penais		Cíveis	
	1991	1992	1991	1992
Lydia Dias Fernandes	71	37	53	62
Ricardo Borges Filho	22	30	27	47
Ary da Motta Silveira	19	27	22	-
Almir de Lima Pereira	48	51	71	47
Izabel Leão	57	43	60	71
Carlos Gonçalves	28	35	29	47
Elzaman Bittencourt	-	03	-	03

2ªs CÂMARAS	Penais		Cíveis	
	1991	1992	1991	1992
Nelson Silvestre Amorim	-	01	-	05
Manoel de Christo Alves Filho	36	35	37	36
Ossiam Corrêa de Almeida	31	32	27	31
Aurélio Corrêa do Carmo	58	-	54	-
Clímenie Bernadette de Araújo	26	33	31	45
Humberto de Castro	26	20	27	19
João Alberto C.B. Paiva	-	10	-	16
Stéleo Bruno dos Santos Menezes	30	32	39	16

3ªs CÂMARAS	Penais		Cíveis	
	1991	1992	1991	1992
Calistrato Alves de Mattos	20	11	20	41
Orlando Dias Vieira	28	30	40	39
Romão Amoêdo Neto	49	21	38	36
Maria Lúcia Marcos dos Santos	-	02	-	01
José Alberto Soares Maia	52	28	41	34
Maria de Nazareth Brabo de Souza	32	56	43	50
Pedro Paulo Martins	36	23	39	31

DADOS COMPLEMENTARES BIÊNIO 1991/93

1 - CONCURSOS REALIZADOS

Auditor Substituto
data: 09/06/91
aprovados: 03
nomeados: 01

Juiz Substituto
1- data: 15/10/91
aprovados: 11
nomeados: 10

2- data: 16/10/92
aprovados: 10
nomeados: 10

3- data: 23/11/92
Em andamento

Escola Superior da Magistratura

1991

EVENTOS REALIZADOS

- Curso de extensão "SENTENÇA CRIMINAL: FIXAÇÃO E CÁLCULO DA PENA". Promoção da Associação dos Magistrados do Estado do Pará. Professor Juiz de Direito Otávio Marcelino Maciel. 15 a 19 de abril.

- Curso de especialização "DIREITO AGRÁRIO E PROCESSO AGRÁRIO". Ministrado pelos professores Rafael Augusto de Mendonça Lima, Delmiro dos Santos e Antônio José de Mattos Neto. Curso destinado a Juizes de Direito, teve a duração de 362 horas e foi organizado em quatro módulos: "Teoria Geral do Direito Agrário", "Direito de Propriedade", "Zoneamento e Cadastro" e "A Justiça Agrária". Foram realizadas quatro palestras, a saber: "A Reforma Agrária no Brasil", com o professor Nelson de Figueiredo Ribeiro; "Conflitos Fundiários e Agrários sob a ótica da CPT", com o senhor Girolamo Domênico Treccani - Secretário da CPT/CNBB - Regional Norte II; "Conflitos Fundiários e Agrários sob a ótica da FETAGRI", com o senhor José Roberto Faro - Tesoureiro da Federação dos Trabalhadores da Agricultura; "Conflitos Fundiários e Agrários sob a ótica da Federação da Agricultura do Estado do Pará", com o doutor Carlos Fernandes Xavier - Presidente da Federação citada. Foram também realizadas visitas ao INCRA, IBAMA, DNP, NAEA e ITERPA, órgãos interatuantes no sistema agrário. 15 de abril a 31 de maio.

- Curso de atualização "DIREITO MINERÁRIO E AMBIENTAL". Ministrado pelo professor doutor Otávio Mendonça. Destinado à Juizes de Direito, teve a duração de 30 horas. 13 a 24 de maio.

- Curso de aperfeiçoamento "GERÊNCIA ADMINISTRATIVA". Ministrado pelos professores Aldo da Costa e Silva e José de Ribamar Souza Maranhão. Curso destinado aos servidores técnico-administrativo do Tribunal de Justiça do Estado, teve a duração de 80 horas e foi organizado em quatro módulos: "Administração Gerencial"; "Sistemas Organizacionais"; "Sucesso Gerencial", e "Executivo Moderno". 20 de maio a 18 de junho.

- Curso de aperfeiçoamento "INFORMÁTICA GERENCIAL". Ministrado pelos professores Luiz Paulo Leal da Gama Malcher e Antonio Moraes da Silveira. Curso destinado aos servidores técnico-administrativo do Tribunal de Justiça do Estado, teve a duração de 40 horas. 3 a 14 de junho.

- Palestra "SAÚDE PARA O HOMEM NO ANO 2000". Proferida pelo professor doutor Wilson Nemes, membro do CIAMAN - Comitê Científico Internacional e da Confederação Internacional de Medicina Alternativa Naturais. Promoção de desembargadora Maria de Nazareth Brabo de Souza. 20 de junho.

- Curso de aperfeiçoamento "MICROINFORMÁTICA PARA EXECUTIVOS". Ministrado pelos professores Luiz Paulo Leal da Gama Malcher e Antônio Moraes da Silveira. Curso destinado aos servidores técnico-administrativo do Tribunal de Justiça do Estado, teve a duração de 30 horas. 5 a 16 de agosto.

- "CICLO DE PALESTRAS SOBRE ESTUDOS JURÍDICOS". Destinado ao pessoal vinculado à magistratura paraense. Trata-se de um conjunto de seis palestras, a saber: "LEGITIMIDADE E CONVENIÊNCIA DA PENA DE MORTE", proferida pelo professor doutor Edmundo Branco de Oliveira; "FINALIDADE DO DIREITO: JUSTIÇA SOCIAL", proferida pelo professor doutor Antônio José de Mattos Neto; "DIREITO E GARANTIAS INDIVIDUAIS", proferida pelo desembargador Régis Fernandes de Oliveira; "COMPATIBILIDADE ENTRE ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO: O IM-

PACTO AMBIENTAL", proferida pelo professor doutor Otávio Mendonça; "REFORMA DA CONSTITUIÇÃO: UMA ABORDAGEM POLÍTICA", proferida pelo professor doutor Ophir Cavalcante, e "O PODER CRIADOR DO JUÍZ", proferida pela professora doutora Zilah Callado Fadul. 8 de agosto a 19 de setembro.

- Curso de aperfeiçoamento "COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA". Ministrado pelo professor Meirevaldo Jonair de Paiva. Curso destinado aos servidores técnico-administrativo do Tribunal de Justiça do Estado, teve a duração de 30 horas e foi organizado em quatro unidades: "Atualização Gramatical", "Estrutura do Texto", "Redação Técnica", e "Comunicação e Linguagem", 19 a 30 de agosto.

- Curso de aperfeiçoamento "RELAÇÕES HUMANAS NAS ORGANIZAÇÕES". Ministrado pela professora Ida de Andrade Moreira. Curso destinado aos servidores técnico-administrativo do Tribunal de Justiça do Estado, teve a duração de 30 horas. 2 a 13 de setembro.

- Seminário "A NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TJE". Promoção da Assessoria Organizacional do TJE. Ministrado pelo professor Rubem Bernardes Kepper. Destinado aos servidores recém-promovidos à cargos de direção do TJE. 03 e 04 de setembro.

- Seminário "ANÁLISE DE PROBLEMAS". Parte integrante do Plano de Aperfeiçoamento Organizacional do Fórum Criminal. Ministrado pelo professor Rubem Kepper. Destinado aos servidores técnico-administrativo do TJE-Pa. Duração: 15 horas/aula. 26 a 28 de novembro.

- Curso de atualização "O JUÍZ DE DIREITO SUBSTITUTO". Ministrado pelos desembargadores Stéleo Bruno dos Santos Menezes e Almir de Alima Pereira, e pelos juizes de direito Heralda Blanco Rendeiro, Maria Helena Almeida Ferreira, Paulo Sérgio Frota e Silva, Elzaman da Conceição Bittencourt, Raimunda do Carmo Gomes, Otávio Marcelino Maciel, Yvone Santiago Marinha, Carmecim M. Cavalcante, Sônia Maria de Macedo Parente, Marta Inês Antunes Lima, Maria Izabel de Oliveira Benone, Constantino Augusto Guerreiro e Francisco Sabino V. da Costa. Destinado exclusivamente aos recém-concursados para o cargo de Juiz de Direito Substituto, o curso teve a duração de 75 Horas, sendo 40 horas teóricas e 35 horas práticas. Foi organizado em duas fases, sendo que a primeira se desdobrava em três módulos: "O Perfil e a Responsabilidade Funcional do Juiz de Direito junto à Sociedade", "A Estrutura e o Funcionamento do Poder Judiciário, no Brasil e no Pará" e "O Interrelacionamento do TJE-Pa com outros órgãos integrantes do Sistema Judiciário". A segunda fase destinada a estudos e observações "in loco" do desempenho das atividades do Juiz criminal e do Juiz no cível. 18 de novembro a 13 de dezembro.

- Palestra "COMO ADMINISTRAR A AUTONOMIA FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO". Proferida pelo desembargador José Eugênio Tedesca. Promoção da Associação dos Magistrados do Estado do Pará. 29 de novembro.

- Seminário "O ESTATUTO DA TERRA E OS NOVOS RUMOS DO DIREITO AGRÁRIO - A QUESTÃO AMAZÔNICA". Promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pela Universidade Federal do Pará e pela União das Escolas Superiores do Pará, com o apoio da Assembleia Legislativa do Estado. Destinado ao pessoal da magistratura, professores e alunos do curso de Direito da UFPA e da UNESPA. Foi realizado no auditório da antiga Faculdade de Medicina da UFPA, e constou da seguinte programação: 02. Dezembro. 991

19:00 hs - Abertura: Desembargador Nelson S. Rodrigues Amorim
19:10 hs - "ESTATUTO DA TERRA E ECOLOGIA"
Presidência: Reitor Nilson Pinto de Oliveira
Conferencista: Dra. Tânia Maria Tonelle Munhoz
Moderador: Professor Antônio José de Mattos Neto
Debateadores: Prof^o Maria Cristina Cascaes Dourado
Juiz Altemar da Silva Paes
Juiz Otávio Marcelino Maciel

03. Dezembro 991

19:10 hs - "ESTATUTO DA TERRA E TRABALHO RURAL"
Presidência: Prof^o Edson Raymundo Souza Franco
Mesa Redonda: Prof^o José Carlos Castro
Prof^o Delmiro dos Santos
Dr. Fernando Velasco
Moderador: Prof^o Antônio José de Mattos Neto

04. Dezembro 991

10:10 hs - "ESTATUTO DA TERRA E JUSTIÇA AGRÁRIA"
Presidência: Juiz Otávio Marcelino Maciel
Conferencista: Dr. Octávio de Mello Alvarenga
Moderador: Prof^o Delmiro dos Santos
Debateadores: Prof^o Antônio José de Mattos Neto
Sr. Girolamo Domênico Treccani
Juiz José Orlando Arrifano

TRABALHOS PRODUZIDOS

ARRAES, Marínez C.V. Cruz. "Aspectos do Contrato Agrário". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

ARRIFANO, José Orlando de Paula. "Direito Agrário Penal: Crimes e Contravenções". Escola Superior de Magistratura do Pará. Maio de 1991.

BARBOSA, Eliete Contente. "Direito Agrário: Conhecimentos Gerais da Propriedade Rural e Esboço Histórico da Propriedade Rural no Brasil". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

BORGES, Normando do Carmo. "Problemas Fundiários Brasileiros". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

CAMACHO, Maria Filomena Buarque. "Usucapião do Imóveis Rurais". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

CARNEIRO, Cecília dos Santos. "Aspectos da Questão Fundiária no Estado do Pará". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

CRUZ, Antônio Cláudio Von-Lohrmann. "Posse Agrária: Fundamentos Jurídicos". Escola Superior de Magistratura do Pará. Maio de 1991.

FARIAS, Rosi Maria Gomes de. "Direito de Propriedade: conceito e função social de acordo com a Constituição Federal e o Estatuto da Terra". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

FONSECA, Maria das Graças Alfaia. "Usucapião Agrário". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

KLAUTAU, Sandra Maria Aragão. "A Nova Roupagem da Propriedade Privada". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

LIMA, Elisabeth Pereira de. "Reforma Agrária e Desapropriação: Questões Atuais". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

LIMA, Maria Vanda Barros da Silva. "Aspectos da Posse e Propriedade: Conflito e atuação do julgador". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

MORAES, José Cândido de. "O Módulo Rural". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

PAES, Altemar da Silva. "A Propriedade Agrária". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

ROSÁRIO, José Maria Teixeira da. "Direito de Propriedade. Função Social da Propriedade. Constituição Federal Brasileira". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

SANCHES, Jorge Luiz Lisboa. "Estudo de Direito Penal Agrário". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

SOUZA, Dahil Paraense. "Visão Sociológica e Jurídica da Questão Agrária na Constituição Federal de 1988". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

VASCONCELOS, Álvaro José Norat de. "Contratos Agrários". Escola Superior da Magistratura do Pará. Maio de 1991.

VIDEOTECA

ALVARENGA, Octávio de Mello. "Estatuto da Terra e Justiça Agrária". Escola Superior da Magistratura do Pará. Dezembro de 1991.

CAVALCANTE, Ophir Figueiras. "Reforma da Constituição: Uma Abordagem Política". Escola Superior da Magistratura do Pará. Setembro de 1991.

FADUL, Zilah Callada. "O Poder Criador do Juiz". Escola Superior da Magistratura do Pará. Setembro de 1991.

MATTOS NETO, Antônio José. "Finalidade do Direito. Justiça Social". Escola Superior da Magistratura do Pará. Agosto de 1991.

MENDONÇA, Otávia. "Compatibilidade entre Ecologia e Desenvolvimento: O Impacto Ambiental". Escola Superior da Magistratura do Pará. Agosto de 1991.

MUNHOZ, Tânia Maria Tonelle. "Estatuto da Terra e Ecologia". Escola Superior da Magistratura do Pará. Dezembro de 1991.

OLIVEIRA, Edmundo Alberto Branco de. "Legitimidade e Conveniência da Pena de Morte". Escola Superior da Magistratura do Pará. Agosto de 1991.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. "Direito e Garantias Individuais". Escola Superior da Magistratura do Pará. Agosto de 1991.

SANTOS, Delmiro dos, VELASCO, Fernando e CASTRO, José Carlos. Mesa redonda "Estatuto da Terra e Trabalho Rural". Escola Superior da Magistratura do Pará. Dezembro de 1991.

1992

EVENTOS REALIZADOS

- "Seminário de Avaliação do Plano de Aperfeiçoamento do Fórum Criminal". Ministrado pelo professor Rubem Bernardes Kepper. Promoção da Assessoria Organizacional do TJE/PA. Dias 30 de março e 06 de abril de 1992.

- Curso de atualização "FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES". Ministrado pela professora Maria Lúcia Vasconcelos Coêlha. Promoção do Departamento de Documentação e Informação do TJE/PA. Teve a duração de 20 horas/aula. 06 a 10 de abril de 1992.

- Curso de atualização "NORMALIZAÇÃO E EDITORAÇÃO DE PUBLICAÇÕES". Ministrado pela professora Maria da Graça Ponte de Souza. Promoção do Departamento de Documentação e Informação do TJE/PA. Teve a duração de 20 horas/aulas. 27 de abril a 11 de maio de 1992.

- Curso de aperfeiçoamento "I CURSO DE FORMAÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA". Organizado em seis diferentes disciplinas: "Organização Judiciária do Estado", com o professor Rubem Kepper; "Comunicação Administrativa" com o professor Meirevaldo Jonair de Paiva; "Relações Humanas", com a professora Ida de Andrade Moreira; "Processo Civil", com o professor Francisco Caetano Miléo; "Processo Penal", com o professor José Ney de Siqueira Menes, e "Regimento de Custas", com o professor Ubiraci da Rocha Sidrim. Curso destinado aos serventuários oficiais de justiça do TJE/PA, teve a duração de 60 horas. 11 de maio a 29 de maio e 1992. ▀

- Curso de aperfeiçoamento "PROGRAMAÇÃO GOL - GERADOR DE APLICAÇÃO ON LINE". Ministrado pelos professores Adozindo Magalhães de Oliveira Neto, Michel do Nascimento Hansson, Hubertus Fernandes Guimarães e José Roberto Beserra Maia. Curso destinado aos funcionários do setor de informática do TJE/PA. Teve a duração de 60 horas. 18 de maio a 05 de junho de 1992.

- Curso de atualização "TÉCNICAS DE ARQUIVO". Ministrado pela professora Maria Lúcia Vasconcelos Coêlha. Promoção do Departamento de Documentação e Informação do TJE/PA. Teve a duração de 20 horas/aula. 08 a 12 de junho de 1992.

- Curso de atualização "ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1992". Ministrado pela juíza de direito Maria Helena Almeida Ferreira. Curso destinado prioritariamente aos integrantes dos cargos da magistratura paraense, mas também destinado aos serventuários e funcionários do TJE/PA e ainda a outros profissionais interessados. Teve a duração de 12 horas/aula. 24 a 26 de junho de 1992.

- Curso de especialização "DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL". Organizado em sete diferentes disciplinas: "Métodos e Técnicas de Pesquisa" com a professora Odineia Telles Figueireda; "História da Filosofia do Direito", com o professor José Carlos Castra; "Sociologia do Direito", com o professor Roberto Araújo de Oliveira Santos; "Amazônia Contemporânea", com os professores Delmiro dos Santos, Ezequiel Carneiro dos Santos, Lúcio Flávio Pinto, Aurilêa Gomes Abelém, Geraldo de Assis Guimarães, Bernardo da Silva Cardoso, José Marcelino Monteiro da Costa, Teresa Luzia Mártires Coelhos Cativo Rosa e Roberto Araújo de Oliveira Santos; "Direito Civil", com os professores Antônio José e Mattos Neto, Rubens Limongi França, Antônio Junqueira de Azevedo, Zeno Augusto de Bastos Veioso e Yussef Said Cahali; "Processo Civil" com o professor Francisco Caetano Miléo e

Reynaldo da Silveira. Curso destinado ao pessoal da magistratura, assessores e técnicos do TJE/PA. Teve a duração de 390 horas/aulas. A aula inaugural "A Atual Problemática do Poder Judiciário", foi proferida pelo professor Otávio Mendonça. 17 de agosto a 18 de dezembro 1992.

- Curso de aperfeiçoamento "II CURSO DE FORMAÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA". Organizado em oito diferentes disciplinas: "Organização

Judiciária do Estado", com o professor Luiz Gonzaga da Costa Neto; "Comunicação Administrativa", com o professor Meirevaldo Jonair de Paiva; "Relações Humanas", com a professora Ida de Andrade Moreira; "Funções Administrativas", com o professor Aldo da Costa e Silva; "Processo Civil", com o professor Francisco Caetano Miléo; "Processo Penal", com o professor Clodomir Assis Araújo e "Regimento de Custas", com o professor Ubiraci da Rocha Sidrim. Curso destinado aos serventuários oficiais de justiça do TJE/PA. Teve a duração de 78 horas/aula. 14 de outubro a 20 de novembro de 1992.

- Palestra "OS DIREITOS DA PERSONALIDADE" - ASPÉCTOS GERAIS". Proferida pelo professor Rubens Limongi França. Promoção da Escola Superior da Magistratura e da Academia Paraense de Letras Jurídicas. 19 de novembro e 1992.

- Curso de aperfeiçoamento "O JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO". Organizado em duas diferentes fases, sendo que a primeira se desdobrava em três módulos: "O Perfil e a Responsabilidade Funcional do Juiz de Direito junto à Sociedade", "A Estrutura e o Funcionamento do Poder Judiciário, no Brasil e no Pará" e "O Interrelacionamento do TJE/PA com outros órgãos integrantes do Sistema Judiciário". A segunda fase destinado a estudos e observações "in loco" do desempenho das atividades do Juiz criminal e do Juiz do civil e ainda a processos de simulação. Ministrado pelos professores Otávio Mendonça e José Carlos Castra. Também pelos desembargadores Almir de Lima Pereira e Elzman da Conceição Bittencourt. E ainda pelos juizes de direito Heráclio Dalcinda Blanco Rendeira, Maria Helena Almeida Ferreira, Paulo Sérgio Frota e Silva, Werther Benedito Coelho, Raimundo do Carmo Gomes, Carmencin Marques Cavalcante, Yvone Santiago Marinho, Otávio Marcelino Maciel, Sidney Floracy Sant'Ana da

Silva, Albanira Lobato Bernerguy, Sonia Maria de Macedo Parente, Maria Izabel de Oliveira Benone, Constantino Augusto Guerreiro e Francisco Sabino de Vasconcelos da Costa. Curso destinado exclusivamente aos recém-concursados para o cargo de Juiz de Direito Substituto. Teve a duração de 180 horas, sendo 68 horas/aulas teóricas e 112 horas/aulas práticas. 24 de novembro de 18 de dezembro e 1992.

REGIMENTO GERAL

Aprovado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, através da Resolução número 014/92 de 24 de junho de 1992, o Regimento Geral da Escola Superior da Magistratura está organizado em seis grandes Títulos:

Título I: Finalidade e Princípios - se desdobra do 1º ao 4º artigos. Assinala o ente jurídico, os princípios e as finalidades e os instrumentos indispensáveis à operacionalização dos fins propostos.

Título II: Estrutura Organizacional - compreende do artigo 5º ao 27º. Define o Órgão Deliberativo Superior e sua competência. Os Órgãos Executivos e suas competências e anexa o organograma que representa graficamente a estrutura implementada.

Título III: Organização Didático-Pedagógica - integra do artigo 28 ao de número 47. Encerra aspectos curriculares e normativos dos diversos cursos e/ou eventos acadêmicos e estabelece as condições para a avaliação do desempenho dos cursistas.

Título IV: Recursos Humanos - abrange do artigo 48 ao de número 60. Fixa as atribuições e deveres do corpo docente, discente e do técnico-administrativa.

Título V: Patrimônio e Recursos Materiais - constitui do artigo 61 ao de número 68. Esclarece sobre a incorporação e alienação de bens e valores patrimoniais e ainda dos recursos financeiros indispensáveis à execução das atividades planejadas.

Título VI: Disposições Finais - compreende os artigos 69º, 70º e 71º.

VIDEOTECA

MENDONÇA, Otávia. "A Atual Problemática do Poder Judiciário". Escola Superior da Magistratura. Agosto de 1992.

SANTOS, Delmiro dos. "Questões Fundiárias e Agrárias na Amazônia". Escola Superior da Magistratura. Outubro de 1992.

SANTOS, Ezequiel Carneiro dos. "Os Grandes Projetos e Suas Conseqüências". Escola Superior da Magistratura. Outubro de 1992.

GUIMARÃES, Geraldo de Assis e CÁRDOSO, Bernardo da Silva. "Impacto Ambiental: O Caso do Mercúrio nos Garimpos de Ouro na Amazônia". Escola Superior da Magistratura. Outubro de 1992.

ABELÉM, Aurilêa Gomes. "A Questão Urbana na Amazônia". Escola Superior da Magistratura. Outubro de 1992.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. "Evolução Recente: Perspectivas da Economia Amazônica". Escola Superior da Magistratura. Novembro de 1992.

PINTO, Lúcio Flávia. "Amazônia na Passagem do Século". Escola Superior da Magistratura. Novembro de 1992.

ROSA, Teresa Luiza Mártires Coêlho Cativo. "Estratégias de Desenvolvimento da Amazônia: Cenário da Amazônia 2010". Escola Superior da Magistratura. Novembro de 1992.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. "Dinâmica das Relações de Trabalho na Economia Regional". Escola Superior da Magistratura. Novembro de 1992.

FRANÇA, "Os Direitos da Personalidade - Aspectos Gerais". Escola Superior da Magistratura. Novembro de 1992.

CAHALI, Yussef Said. "Efeitos Patrimoniais do Concubinato". Escola Superior da Magistratura. Dezembro de 1992. ◆

Secretaria Administrativa

A Secretaria Administrativa deste Tribunal de Justiça, no biênio 1991/1993 teve a sua ação própria, direcionada para um constante aperfeiçoamento e melhoria das condições gerais dos trabalhos que a entidade desenvolve.

Neste contexto é importante salientar que a Secretaria Administrativa aumenta a sua área de atuação na medida em que os diversos Setores do Tribunal também expandem as suas atividades, indiscutivelmente a cada ano, ou mesmo a cada mês, mais ampliadas.

É a Secretaria que exerce a gestão Financeira, Patrimonial e de Recursos Humanos, tendo por conseguinte uma área de trabalho abrangente e de inegável responsabilidade.

Durante o exercício, a maior preocupação foi sem dúvida, a de dinamizar e tornar mais céleres os procedimentos desta Secretaria.

É alentador constatar que apesar de todas dificuldades vivenciadas por esta Secretaria a maior das quais decorrentes das próprias dificuldades vividas pelo País e pelo Estado do Pará, pôde a Secretaria Administrativa cumprir serenamente sua tarefa, chegando ao final do exercício com um balanço de realizações bastante positiva.

Os resultados ora apresentados, só foram possíveis graças à colaboração e à tenacidade de todos os que compõem essa Secretaria: Diretoria de Patrimônio, Financeira, Documentação e Informação, Recursos Humanos, Setor de Informática e Assessoria Jurídica, dioturnamente empenhados em seu trabalho. Conjuntamente definimos planos e programas e asseguramos recursos financeiros necessários à implantação e manutenção dos diversos programas elaborados: reformas, ampliações e/ou construções de Fóruns do Interior - Anexo II, equipamentos para informatização do T.J.E, renovação de frota de veículos, etc.

Em que pese as dificuldades encontradas cremos que cumprimos nossa missão, se não com a excelência que desejávamos, pelo menos com a convicção de que envidamos o melhor de nossos esforços.

Não somos e nunca seremos uma ilha, por isso foi igualmente importante para o êxito que possamos ter alcançado, a colaboração recebida de todos os Servidores do Poder Judiciário, aos quais deve ser creditada uma expressiva parte do nosso êxito.

O trabalho foi sério e fecundo, espero que possa vir a sê-lo mais e mais, com a ajuda de Deus que sempre esteve presente com sua proteção.

Departamento de Documentação e Informação

O Departamento de Documentação e Informação do Tribunal de Justiça do Estado tem sob sua administração a Divisão de Biblioteca, a Divisão de Documentação e Arquivo e a Chefia de Serviço do Museu Judiciário e apresenta o relatório que mostra as atividades desenvolvidas no biênio 1991/92.

- As atividades do D.D.I., desde a nomeação da atual diretora, em 02/09/91, voltaram-se exclusivamente para a elaboração do Plano de Reestruturação do Departamento entregue e aprovado em 12/11/91, sendo implantado imediatamente.

- Atividades da Divisão de Biblioteca durante o período de janeiro a dezembro de 1991.

- Atividades da Divisão de Documentação e Arquivo, período de setembro a dezembro de 1991.

- Atividades do Museu do T.J.E., período de setembro a dezembro de 1991.

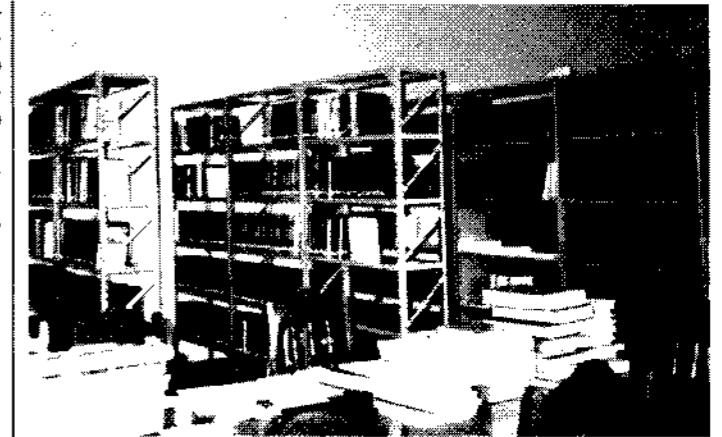
Durante o ano de 1992 o Departamento de Documentação e Informação desenvolveu atividades que envolveram a Biblioteca, o Arquivo e o Museu Judiciário, objetivando o melhor atendimento de seus usuários e fornecimento de subsídios às atividades do Tribunal de Justiça do Estado.

Aprovado seu Plano de Reestruturação, foi dado início a tarefas como:

a) Atualização dos catálogos da Biblioteca, normalização e editoração de publicações, como a Revista do T.J.E., em seus números 54 e 58, que correspondem ao último trimestre de 1991 e ao ano de 1992, bem como o Boletim Informativo da Biblioteca, que já está em seu 2º número, e o Catálogo de Obras Raras, em fase de impressão;

b) Cursos de atualização e treinamento na área de Biblioteca e Arquivo para aqueles que desenvolvem atividades nestes setores;

c) Redimensionamento do espaço físico, abrangendo a Biblioteca, o Arquivo e o Museu, e aquisição de mobiliário padronizado para áreas de administração e usuários desses



Novo visual da Biblioteca

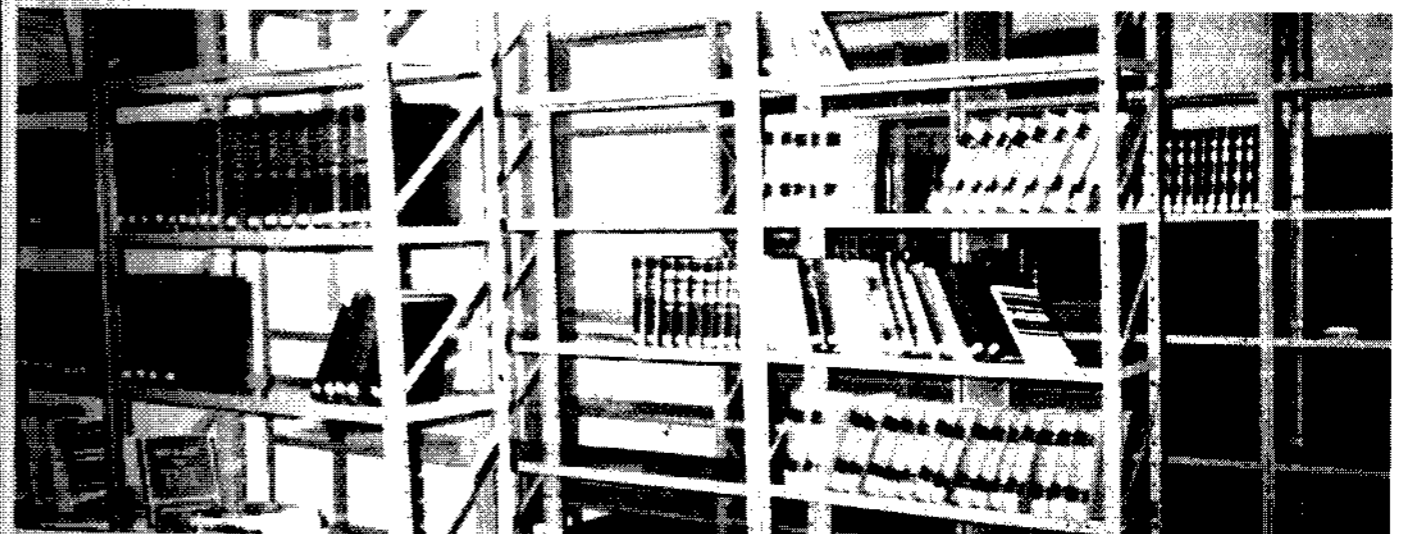
setores:

d) Organização da Biblioteca do Forum de Santarém, com aproximadamente 1.500 volumes, que tomou o nome de "BIBLIOTECA DR. SILVÉRIO SIROTHEAU CORRÊA" e atenderá aos magistrados e advogados daquela Comarca.

Biblioteca

Possuir um acervo especializado em obras jurídicas e a responsabilidade de manter organizado e atualizado todo o material bibliográfico como elemento de prova e informação, bem como facilitar aos usuários o acesso a esse material, sempre foi o objetivo maior de nosso trabalho.

Durante o ano de 1991 a Biblioteca, através dos Serviços de Bibliografia e referência, Catalogação e Classificação e Recebimento e Controle de Publicações, com a ajuda do pessoal de apoio, desempenhou as tarefas que lhes são afetas, sempre procurando servir o melhor possível.



Detalhe das novas Estantes na Biblioteca



O trabalho das bibliotecárias

Sugerimos, como melhoria para a Divisão de Biblioteca:

- Atualização do acervo, através da aquisição de publicações, restauração de livros e periódicos, com verba própria para esse fim;

- Automação, principalmente no Serviço de Bibliografia e Referência (atendimento ao leitor), para melhor agilização na pesquisa;

- Condições para elaboração do Boletim da Divisão de Biblioteca e outras publicações;

- Atendimento às solicitações de compra de material bibliográfico, técnico, permanente, de expediente e de conservação do acervo;

- Melhoramento do espaço físico em relação à ampliação do local e iluminação adequada;

- Reciclagem para os servidores da área;

- Solicitação aos senhores magistrados, no sentido de enviarem mensalmente à Divisão de Biblioteca sugestões bibliográficas para novas aquisições.

Durante todo o ano de 1992 foi feito longo e apurado trabalho no que diz respeito à conservação, manutenção e atualização das publicações que fazem parte do acervo da Biblioteca.

O intercâmbio com bibliotecas de outros tribunais, instituições congêneres e pessoas jurídicas foi mantido com o objetivo de melhor divulgação da Revista do TJE, que a partir do volume 36 número 54 está sendo editorada pelo DDI através do Serviço de Editoração e Normalização da Biblioteca, que também fez circular o Boletim Informativo da Biblioteca, já em seu 2º número.

Deu-se continuidade à remessa, para as Comarcas do Interior, de publicações cuja disponibilidade somava mais de um exemplar. A remessa do DOE e DJE (para 10 Comarcas do Interior) continuou em seu ritmo normal.

Nossas bibliotecárias, para melhor qualificação dentro de sua especialidade, tiveram oportunidade de participar dos Cursos de Formação e Desenvolvimento de Coleções (período de 6 a 10 de abril) e Normalização e Editoração de Publicações (período de 27 de abril a 4 de maio), promovidos pelo TJE. O Curso de Extensão em Editoração (período de 3 a 13 de novembro) foi promovido pela Associação Paraense de Bibliotecários através da UFPA.

O pessoal de apoio administrativo também se reciclou através dos Cursos de Dactilografia (período de janeiro a fevereiro) e Prática de Arquivo (período de 9 a 13 de novembro), promovidos pelo TJE.

A funcionária de apoio administrativo Rosita Marques, que também é estudante do Curso de Biblioteconomia, participou de alguns cursos de extensão dentro de sua área de estudo.

As bibliotecárias Maria de Fátima Moysés e Kátia Moraes Rego, no período de 15 a 30 de novembro, viajaram para o Município de Santarém a fim de prestar assistência técnica à biblioteca do Foro da Comarca.

A partir do mês de novembro, nossas atividades foram interrompidas devido à reforma que se processa para ampliação das instalações da Biblioteca. Só o Serviço de Editoração e Normalização continua funcionando para poder atualizar a publicação da Revista.

Ao concluir, não podemos deixar de fazer especial menção aos esforços despendidos pela Diretora do DDI, assim como pelos Chefes de Serviços e, particularmente, pelos funcionários de apoio administrativo pela colaboração recebida, sem a qual não seria possível a realização de todas as nossas atividades.



Outra ângulo das novas instalações

Arquivo

Quanto ao acervo existente, os processos dos Cartórios Aluisio Costa e 1ª e 2ª Pretorias foram devidamente inspecionados, estudados, classificados, codificados e ordenados.

Durante o período de 1991 recebemos processos de natureza civil e penal e documentos administrativos para arquivamento, provenientes dos Cartórios e dos setores administrativos, respectivamente, que foram devidamente classificados e codificados.

O atendimento ao público foi realizado de acordo com as normas e padrões determinados por esta Divisão, constante no plano de reestruturação, sendo atendidos todos os pedidos de buscas de processos e documentos, solicitados por vários cartórios, departamentos, divisões e secretaria.

No ano de 1992 os processos dos Cartórios Jacy Sá, Ana Castela, Santiago, Rui Barata e 1ª e 2ª Pretorias Criminais foram devidamente inspecionados, estudados, classificados, codificados, ordenados e arquivados.

Durante o referido período recebemos processos de natureza jurídica e documentos administrativos, provenientes da Secretaria Geral do Tribunal, da Subsecretaria, da Secretaria do Repartição Criminal, dos Cartórios Cíveis e Penais, da Secretaria Administrativa, dos Departamentos, da Divisão e dos Serviços, que passaram pelas etapas de arquivamento.

O atendimento ao público foi realizado de acordo com as normas e padrões determinados por esta Divisão, constantes no plano de reestruturação, sendo atendidos todos os pedidos de busca da massa documental.

No que diz respeito ao procedimento do descarte de documentos, através do ofício nº 07/92, de 24.02.1992, foram solicitadas providências ao Departamento de Documentação e Informação referentes, especificamente, aos Diários Oficiais do Estado dos anos de 1985 a 1991 (meses: agosto, outubro, novembro e dezembro), aos Diários da Justiça, datados a partir de 10.12.90 a 1991 (completo) e as cópias das Portarias da Presidência de 1990, que adequadamente foram tomadas pela Diretora do DDI.

Outrossim, requeremos, por meio do ofício nº 012/92, de 13.05.92, a formação da Comissão de Análise de Documentos, prevista no plano de reestruturação, no sentido de fixar as diretrizes quanto ao tempo de guarda dos documentos, de acordo com seus valores probatório e informativo.

Também foi objeto de pedido com instância a concessão do Adicional de Insalubridade aos funcionários lotados na Divisão (ofícios nº 022/92, de 25.08.1992).

Curso de Aperfeiçoamento de Prática de Arquivo, sob a coordenação da dr.ª Alda Mendes Gonçalves e instrução dos professores Ana Negrão do Espírito Santo e João Lopes, realizado de 09 a 13 de novembro do ano em curso, das 8 às 12 h, na Escola Superior da Magistratura do Pará. Ao final, foram apresentados relatórios desta chefia, da chefia do Museu Judiciário e de seus respectivos componentes. Destacamos também a presença de Nazaré do Socorro Conte Ferreira, Cacilda Maria Saraiva Pinto, Augusto César Borralho Ferreira e Glória de Fátima Sales de Lima no V Fórum de Museologia do Nordeste, ocorrido de 02 a 06 de novembro de 1992 na cidade de Salvador - Bahia. Os respectivos relatórios foram enviados à Diretora da DDI, ao Secretário de Administração e ao Presidente deste Egrégio Tribunal.

Museu Judiciário

A partir de setembro de 1991 o Museu Judiciário exerceu atividades específicas de suas funções, efetuando levantamento de peças existentes, exposições, participação em eventos e projetos e visitas a outras instituições que enriqueceram o trabalho no setor.

Em 1992 o Museu Judiciário continuou enfrentando alguns problemas já detectados em 1991, como o exíguo espaço destinado aos trabalhos do setor (Sala para Exposições e Setor Técnico e Administrativo), falta de iluminação adequada e falta de segurança para a guarda do acervo. A solução para esses problemas foi solicitada através de documentos encaminhados à Diretora do Departamento de Documentação e Informação.

No mês de dezembro de 1991 os profissionais do setor realizaram a II Exposição do Museu. Ao final dos trabalhos de devolução das peças e catalogação das armas de fogo através de representante da Polícia Militar do Estado, tenente Aben Athar, foi verificado, em meados de abril, o desaparecimento de treze armas de fogo. O fato foi comunicado pela chefia do Serviço aos superiores hierárquicos e solicitada a abertura de sindicância e a presença de um perito do Instituto Renato Chaves. Os armários do Museu foram lacrados, aguardando a perícia técnica, e impedidas as visitas do público e de servidores não lotados no setor, à espera de determinação superior. O processo de sindicância e a visita do perito ocorreram até meados de junho de 1992, período no qual as atividades do Museu Judiciário estiveram paralisadas.

A chefe do serviço de Museu Judiciário entrou em gozo de férias em julho de 1992, ficando em seu lugar a servidora Glória de Fátima Sales de Lima, que encaminhou ofícios à diretora do DDI solicitando a restauração dos móveis do setor. Em agosto a diretora do Departamento comunicou à chefia do setor o início das obras de construção e reforma do DDI, solicitando providências no sentido de embalar e encaixotar o acervo do Museu, o que foi feito após atendido o pedido de material adequado para embalagem. O acervo está sob os cuidados dos funcionários do Museu no andar térreo do prédio principal do TJE.

De 02 a 06 de novembro os servidores Glória de Fátima Sales de Lima, Augusto César Borralho Ferreira, Nazaré do Socorro Conte Ferreira e Cacilda Maria Saraiva Pinto, chefe do Serviço de Museu Judiciário, participaram do V Fórum de Museologia do Nordeste, em Salvador (BA), após o que apresentaram relatórios individuais aos superiores hierárquicos. Além disso, todos os servidores do setor participaram, de 09 a 13 de novembro, do Curso de Prática de Arquivo, patrocinado pelo DDI na Escola Superior de Magistratura do Pará, ao seu final sendo também entregues relatórios individuais.

Foi encaminhada à Diretora do DDI uma proposta de estruturação do Museu Judiciário, contendo um "Esquema de Organização de um Museu de Médio Porte". Apesar de o espaço não ser suficiente para comportar todo o acervo, a reforma propiciará melhor ambiente para que os servidores possam exercer suas atividades.

A chefe do setor acredita que muitos problemas podem ser minimizados e até mesmo resolvidos através de exposições que procurassem conscientizar a comunidade acerca da instituição pública. A autonomia financeira e administrativa seria, na opinião da referida chefia, necessária às atividades do Serviço de Museu Judiciário. ♦

Departamento Financeiro

DA RECEITA

De acordo com a Lei Nº 5614 de 21 de Novembro de 1990 coube ao Poder Judiciário a destinação de 5% (Cinco por Cento) da Receita Orçamentária do Estado, cujo montante relativo ao exercício de 1992 foi de Cr\$ 126.306.460.046,90 (Cento e Vinte e Seis Bilhões, Trezentos e Seis Milhões, Quatrocentos e Sessenta Mil, Quarenta e Seis Cruzeiros e Noventa Centavos) para fazer face as despesas de Pessoal, Custeio, Capital e Obras.

Além dos recursos oriundos do Poder Executivo este Tribunal de Justiça auferiu através de aplicações dos recursos disponíveis os rendimentos de Cr\$ 22.387.166.691,15 (Vinte e Dois Bilhões, Trezentos e Oitenta e Sete Milhões, Cento e Sessenta e Seis Mil, Seiscentos e Noventa e Um Cruzeiros e Quinze Centavos).

Q.D.Q.T.	Cr\$ 126.306.460.046,90
Rend. de Aplic.	Cr\$ 22.387.166.691,15
	<hr/>
	Cr\$ 148.693.626.738,05

DA DESPESA

Para manter em funcionamento a estrutura do Tribunal de Justiça, no exercício de 1992 foram efetuadas despesas no montante de Cr\$ 145.176.815.385,64 (Cento e Quarenta e Cinco Bilhões, Cento e Setenta e Seis Milhões, Oitocentos e Quinze Mil, Trezentos e Oitenta e Cinco Cruzeiros e Sessenta e Quatro Centavos).

Q.D.Q.T.	Cr\$ 124.952.488.829,48
Rend. de Aplic.	Cr\$ 20.224.326.556,16
	<hr/>
	Cr\$ 145.176.815.385,64

DO SALDO

Após realizarmos as despesas do exercício de 1992 contabilizamos os seguintes saldos:

Q.D.Q.T.	Cr\$ 1.353.971.217,42
Rend. de Aplic.	Cr\$ 2.162.840.134,99
	<hr/>
	Cr\$ 3.516.811.352,41

DOS RESTOS A PAGAR

Foram inscritos em Restos a Pagar despesas no montante de Cr\$ 6.596.047.999,15 (Seis Bilhões, Quinhentos e Noventa e Seis Milhões, Quarenta e Sete Mil, Novecentos e Noventa e Nove Cruzeiros e Quinze Centavos).

OBSERVAÇÃO: Seguem em anexo os mapas Orçamentário e Financeiro discriminando as despesas por atividades e elementos.

BALANCETE FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 1993

MÊS	REPASSE DE PESSOAL	REPASSE DE CUSTEIO	REPASSE DE CAPITAL	REPASSE DE OBRAS	TOTAL DE OPCs
JANEIRO	1.700.014.000,00	140.000.000,00	-	-	1.840.014.000,00
"	602.761.400,00	-	-	-	602.761.400,00
FEVEREIRO	2.396.039.980,00	30.000.000,00	-	-	2.426.039.980,00
MARÇO	575.719.970,00	150.000.000,00	20.000.000,00	-	745.719.970,00
"	2.773.448.213,00	150.000.000,00	150.000.000,00	-	3.073.448.213,00
ABRIL	-	-	224.590.704,00	-	224.590.704,00
"	2.345.000.000,00	655.000.000,00	-	-	3.000.000.000,00
"	1.409.315.509,00	-	450.000.000,00	-	1.859.315.509,00
MAIO	3.526.928.149,50	-	-	-	3.526.928.149,50
"	2.276.928.149,50	650.000.000,00	600.000.000,00	-	3.526.928.149,50
JUNHO	2.619.000.000,00	310.553.687,00	250.000.000,00	-	3.179.553.687,00
"	3.179.553.687,00	-	-	-	3.179.553.687,00
JULHO	2.728.317.600,00	500.000.000,00	918.878.400,00	400.000.000,00	4.547.196.000,00
"	4.547.196.000,00	-	-	-	4.547.196.000,00
AGOSTO	3.178.051.000,00	847.000.000,00	700.000.000,00	570.000.000,00	5.295.051.000,00
"	5.295.051.000,00	-	-	-	5.295.051.000,00
SETEMBRO	4.454.440.500,00	636.000.000,00	636.000.000,00	636.000.000,00	6.362.440.500,00
"	6.362.440.500,00	-	-	-	6.362.440.500,00
OUTUBRO	6.396.859.500,00	800.000.000,00	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00	9.196.859.500,00
"	9.196.859.500,00	-	-	-	9.196.859.500,00
NOVEMBRO	7.515.665.375,50	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00	10.515.665.375,50
"	10.515.665.375,50	-	-	-	10.515.665.375,50
DEZEMBRO	13.485.522.000,00	300.000.000,00	-	-	13.785.522.000,00
"	12.880.349.062,00	-	550.000.000,00	140.000.000,00	13.570.349.062,00
TOTAL GERAL	109.961.126.471,00	6.168.553.687,00	6.499.469.104,00	3.746.000.000,00	126.375.149.262,00
REPASSE DE OPC PARA AUDITORIA MILITAR					- 101.000.000,00
					126.274.149.262,00

BALANCETE FINANCEIRO DE PESSOAL

CÓDIGO	DESPESA	RECEITA	DESPESA	SALDO
		124.161.087.635,00	-----	-----
	2.005-MANUTENÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA			
3111.01.02.03-	VENCIMENTOS E VANTAGENS, DIÁRIAS E OUTRAS DESP. VARIÁVEIS		103.083.960.668,26	
311.00-	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		3.258.028.307,28	
3.2.5.3-	SALÁRIO FAMÍLIA		1.861.472,34	
	2.145 (INATIVOS)			
3.2.5.1-	PROVENTOS		17.377.171.961,59	
3.1.1.3-	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		365.029.347,59	
3.2.5.3-	SALÁRIO FAMÍLIA		143.439,66	
TOTAL		124.161.087.635,00	124.086.195.196,72	74.892.438,28

PESSOAL

VALOR RECEBIDO EM OPC	109.961.126.471,00
REPASSE P/AUDITORIA MILITAR	- 101.000.000,00
TOTAL DE OPCs	109.860.126.471,00
REPASSES DE PESSOAL P/CUSTEIO	- 162.000.000,00
	109.698.126.471,00
RENDIMENTOS	14.462.961.164,00
TOTAL DA RECEITA	124.161.087.635,00

BALANCETE ORÇAMENTÁRIO - Período de janeiro a dezembro/92

CÓDIGO	DESPESA	ORÇAMENTO	2.005 - FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA			EMPENHADO	PAC
			SUPLEMENTAÇÃO	ANULADO	TOTAL		
3.1.1.1.01	VENCIMENTO E VANTAGENS	22.932.000.000,00	80.111.900.706,00	-	103.043.900.706,00	103.043.899.745,03	98.843.30
3.1.1.1.02	DIÁRIAS	930.000.000,00	248.009.953,00	258.355.000,00	919.654.953,00	919.654.027,63	919.6
3.1.1.1.03	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	2.250.000.000,00	1.070.939.248,00	-	3.320.939.248,00	3.320.938.286,70	3.320.9
3.1.1.3.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.450.500.000,00	2.531.706.899,00	-	3.982.206.899,00	3.982.205.914,41	3.258.0
3.2.5.3.00	SALÁRIO FAMÍLIA	7.500.000,00	-	-	7.500.000,00	1.861.472,34	1.8
TOTAL		27.570.000.000,00	83.962.556.806,00	258.355.000,00	111.274.201.806,00	111.268.559.446,11	106.343.8
			2.145 - INATIVOS E PENSIONISTAS				
3.2.5.1.00	PROVENTO	4.050.000.000,00	13.958.924.572,00	-	18.008.924.572,00	18.008.924.474,58	17.377.1
3.2.5.2.00	PENSIONISTAS	3.000.000,00	-	-	3.000.000,00	-	365.0
3.1.1.3.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	219.999.000,00	388.995.084,00	200.000.000,00	408.994.084,00	374.679.699,25	
3.2.5.3.00	SALÁRIO FAMÍLIA	318.000.000,00	-	317.800.000,00	200.000,00	143.439,66	
TOTAL		4.590.999.000,00	14.347.919.656,00	517.800.000,00	18.421.118.656,00	18.383.747.613,49	17.742.3
			2.005 - FUNCIONAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL				
3.1.1.2.00	MATERIAL DE CONSUMO	552.423.000,00	1.924.510.592,00	1.200.000.000,00	1.276.933.592,00	1.249.609.695,86	1.249.3
3.1.3.1.00	REMUNERAÇÃO SER. PESSOAIS	90.000.000,00	1.149.604.395,00	1.239.604.000,00	395,00	5.506.847.988,00	5.434.3
3.1.3.2.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	3.000.000.000,00	3.497.847.988,00	991.000.000,00	5.506.847.988,00	5.506.847.255,13	5.434.3
3.1.9.1.00	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	300.000,00	-	-	300.000,00	-	4.926.6
3.1.9.2.00	DESP. DE EXERCÍCIO ANTERIORES	30.000.000,00	4.988.937.000,00	92.286.000,00	4.926.650.092,00	4.926.651.000,00	
3.2.5.4.00	APOIO FINANCEIRO AO ESTUDANTE	300.000,00	-	-	300.000,00	-	
3.2.5.5.00	ASSISTÊNCIA MÉDICA-HOSPITALAR	300.000,00	-	-	300.000,00	-	
3.2.5.7.00	INDENIZAÇÕES DE ACIDENTE DE TRAB.	300.000,00	-	-	300.000,00	-	
3.2.5.9.00	OUTRAS TRANSF. A PESSOA (AUX.FUNERAL)	300.000,00	-	-	300.000,00	-	
3.2.9.1.00	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	300.000,00	-	-	300.000,00	-	
3.2.9.2.00	DESP. EXERCÍCIOS ANTERIORES	300.000,00	-	-	300.000,00	-	
4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE	944.898.000,00	4.054.535.704,00	132.183.000,00	4.867.250.704,00	4.867.250.704,00	4.317.
4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	300.000,00	-	-	300.000,00	-	
4.2.5.0.00	AQUISIÇÃO TIT.(LINHA TELEFONICAS)	74.520.000,00	140.000.000,00	130.627.000,00	83.893.000,00	83.892.654,00	83.
TOTAL		4.694.241.000,00	15.755.435.679,00	3.785.700.000,00	16.663.976.679,00	16.634.250.400,99	16.011.
			2.145 - ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				
3.1.9.2.00	DESP. DE EXERCÍCIO ANTERIORES	3.000.000,00	740.000.000,00	-	743.000.000,00	740.854.059,12	740.
3.2.5.9.00	OUTRAS TRANSF. A PESSOA (AUX. FUNERAL)	6.000.000,00	150.000.000,00	155.154.000,00	846.000,00	845.385,84	
TOTAL		9.000.000,00	890.000.000,00	155.154.000,00	743.846.000,00	741.699.444,96	741.
			2.271 - FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA				
3.1.1.2.00	MATERIAL DE CONSUMO	30.000.000,00	-	-	30.000.000,00	29.740.299,86	29.
3.1.3.1.00	REMUNERAÇÃO DE SER. PESSOAIS	105.450.000,00	105.450.000,00	-	-	66.159.481,80	66.
3.1.3.2.00	OUTROS SERV. E ENCARGOS	67.500.000,00	-	-	67.500.000,00	-	
3.1.9.1.00	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	300.000,00	-	-	300.000,00	-	
3.1.9.2.00	DESP. DE EXERCÍCIO ANTERIORES	3.000.000,00	-	-	300.000,00	2.700.000,00	2.
3.2.5.4.00	APOIO FINANCEIRO AO ESTUDANTE	300.000,00	-	-	300.000,00	-	
3.2.5.5.00	ASSISTENCIA MÉDICA-HOSPITALAR	300.000,00	-	-	300.000,00	-	
3.2.5.7.00	INDEN. DE ACIDENTE DE TRABALHO	300.000,00	-	-	300.000,00	-	
3.2.5.9.00	OUTRAS TRANSF. A PESSOA (AUX. FUNERAL)	300.000,00	-	-	300.000,00	-	
3.2.9.1.00	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS (TRANSF.)	300.000,00	-	-	300.000,00	-	
3.2.9.2.00	DESP. DE EXERCÍCIO ANTERIORES	300.000,00	-	-	300.000,00	-	
4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	12.144.000,00	-	12.144.000,00	-	-	
4.1.2.0.00	EQUIPAMENTO E MAT. PERMANENTE	87.258.000,00	-	53.728.000,00	33.530.000,00	33.529.720,00	33.
4.1.9.2.00	DESP. DE EXERCÍCIO ANTERIORES	1.758.000,00	-	-	1.758.000,00	-	
4.2.5.0.00	AQUISIÇÃO DE TITULO SERP. CAP.	4.140.000,00	-	-	-	-	
TOTAL		313.350.000,00	-	175.462.000,00	137.888.000,00	137.129.501,66	132.
			1.277 - REFORMAS DAS UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO				
4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	201.600.000,00	2.200.000.000,00	164.675.000,00	2.236.925.000,00	2.229.892.401,97	2.184.
TOTAL		201.600.000,00	2.200.000.000,00	164.675.000,00	2.236.925.000,00	2.229.892.401,97	2.184.
			1.278 - CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO				
4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	765.000.000,00	1.000.000.000,00	318.116.000,00	1.446.884.000,00	1.446.883.818,64	1.085.
4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE	503.100.000,00	200.000.000,00	7.364.000,00	695.736.000,00	695.735.718,24	695.
4.2.5.0.00	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS REP. CAP.	72.000.000,00	-	1.393.000,00	70.607.000,00	70.606.392,00	70.
TOTAL		1.340.100.000,00	1.200.000.000,00	326.873.000,00	2.213.227.000,00	2.213.225.928,88	1.851.
TOTAL GERAL		38.719.290.000,00	118.355.912.141,00	5.384.019.000,00	151.691.183.141,00	151.603.504.738,06	145.007.

Maria Ruth A. Meneses
MARIA RUTH ALFALÁ DE MENEZES
 CHEFE SERVIÇO DE EMPENHO

A. Romão
ANA ROMANA TAVRES DE JESUS
 CHEFE DE DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Rute F. Nogueira
RUTE PARENTE NOGUEIRA
 DIRETORA FINANCEIRA

BALANCETE FINANCEIRO: CUSTEIO

CÓDIGO DESPESA	RECEITAS	DESPESAS	SALDO
	12.754.871.217,33
2.005 - FUNCIONAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DO T.J.E.			
3120 - MATERIAL DE CONSUMO		1.249.174.695,86	
3131 REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS			
3132 OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS		5.434.338.458,24	
3191 SENTENÇAS JUDICIÁRIAS			
3192 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		4.926.650.092,00	
3254 APOIO FINANCEIRO AO ESTUDANTE			
3255 ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR			
3257 INDENIZAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO			
3259 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOA (AUXÍLIO FUNERAL)			
3291 SENTENÇAS JUDICIÁRIAS			
3292 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			
2.145 - ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS			
3192 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		740.854.059,12	
3259 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOA (AUXÍLIO FUNERAL)		845.385,84	
2.271 - FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DA ESC. SUPERIOR DA MAGISTRATURA			
3120 MATERIAL DE CONSUMO		29.740.299,86	
3131 REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS			
3132 OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS		66.159.481,80	
3191 SENTENÇAS JUDICIÁRIAS			
3192 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		2.700.000,00	
3254 APOIO FINANCEIRO AO ESTUDANTE			
3255 ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR			
TOTAL:	12.754.871.217,33	12.450.462.472,72	304.408.744,61

Belém, 06 de janeiro de 1993.

OBS: VALOR EM OPCs	6.168.553.687,00
REPASSES DIVERSOS	962.000.000,00
	7.130.553.687,00
RENDIMENTOS	5.592.006.745,43
	12.722.560.432,43
DOCUMENTO 188 GP/92	32.310.784,90
TOTAL DE RECEITA	12.754.871.217,33

CÓDIGO DESPESA	RECEITA	DESPESA	SALDO
2.005 - FUNCIONAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DO T.JE.	9.445.469.104,00	-----	-----
4120 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		4.317.087,50	
4192 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-----	
4250 - AQUISIÇÃO DE TÍTULOS (LINHAS TELEFÔNICAS)		83.892.654,00	
2.271 - FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA			
4110 - OBRAS E INSTALAÇÕES		-----	
4120 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE		33.529.720,00	
4192 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-----	
4250 - AQUISIÇÃO DE TÍTULOS (REP. CAP. INEGR.)		-----	
1.277 - REFORMAS DAS UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO			
4110 - OBRAS E INSTALAÇÕES		2.184.103.762,22	
1.278 - CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES DAS NOVAS UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO			
4110 - OBRAS E INSTALAÇÕES		1.085.445.735,51	
4120 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		695.735.718,24	
4250 - AQUISIÇÃO DE TÍTULOS (REP. CAP. INTEGR.)		70.606.392,00	
TOTAL	9.445.469.104,00	8.470.799.069,47	974.670.034,53

OBS: VALOR RECEBIDO EM OPCs 10.245.469.104,00
 REPASSE DE CAPITAL PARA CUSTEIO 800.000.000,00
 TOTAL DE RECEITA 9.445.469.104,00

Belém, 07 de janeiro de 1993.

SILVIA CONCEIÇÃO DO AMARAL ROCHA
 Chefe de Serviço Operacional de Contabilidade

ANA ROMANA TAVARES JESUS
 Chefe de Divisão de Contabilidade

RUTE PARENTE NOGUEIRA
 Diretora Financeira do TJE

Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Juntamente com outros diretores deste Tribunal de Justiça do Estado, tomei posse na Diretoria de Patrimônio e Serviços Gerais a partir do dia 2 de setembro de 1991, tendo como primeiros objetivos a estruturação da equipe de trabalho* e a obtenção de espaço físico. Em seguida, foi efetivado um Inventário Físico dos Bens Patrimoniais deste Tribunal e a Relação de Estoque de Materiais no Almoxarifado.

Vale ressaltar, que durante os meses de setembro a dezembro de 1991, não houveram recursos suficientes para investimentos e obras, o que inviabilizou o atendimento às solicitações das Comarcas do Interior, assim como, dos demais Setores deste Tribunal.

O Diretor

ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO

O DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS, tem a seguinte estrutura

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS



DIVISÕES:
 - DIVISÃO DE PATRIMÔNIO
 - DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS; e
 - DIVISÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO.

SERVIÇOS:
 - SERVIÇO DE ALMOXARIFADO;
 - SERVIÇO DE PROTOCOLO E COMUNICAÇÃO;
 - SERVIÇO DE TRANSPORTE; e
 - SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA.

* ver Relação de Funcionários

SERVIÇOS GERAIS

Durante o ano de 1992 foram realizados os seguintes serviços gerais, a fim de atender às necessidades do Tribunal de Justiça (sede) e demais Comarcas do interior, objetivando proporcionar boas condições de trabalho aos seus servidores e usuários.

MÓVEIS E UTENSÍLIOS

De acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do TJE, alocadas para aquisição de móveis e utensílios, pode-se equipar vários setores do Tribunal de Justiça (sede) como Fórum Cível, a Repartição Criminal, o setor de administração e Pequenas Causas, além de algumas Comarcas do Interior* num total de 58 (cinquenta e oito) como por exemplo:

- aparelhos de ar condicionada;
- armários; de madeira e aço;
- bebedouros
- estantes de aço;
- fogões;
- geladeiras;
- máquinas de escrever: elétrica e manual;
- ventiladores: de pé e de teto; além de outros.

COMARCAS DO INTERIOR EQUIPADAS COM MÓVEIS E UTENSÍLIOS

Abaetetuba	Moju
Acará	Muaná
Alenquer	Nova Timboteua
Ameirim	Óbidos
Altamira	Oeiras do Pará
Ananindeua	Paragominas
Augusto Corrêa	Parauapebas
Barcarena	Peixe-Boi
Bragança	Ponta de Pedras
Breves	Primavera
Cachoeira do Arari	Portel
Cametá	Rondon do Pará
Capanema	Salinópolis
Castanhal	Santa Izabel do Pará
Chaves	Santa Maria do Pará
Conceição do Araguaia	Santana do Araguaia
Curionópolis	Santarém
Curuçá	São Domingos do Capim
Icoaraci	São Félix do Xingu
Igarapé-Açu	São João do Araguaia
Igarapé-Miri	São Miguel do Guamá
Irituia	São Sebastião da Boa Vista
Itaituba	Senador José Porfírio
Jacundá	Tomé-Açu
Mãe do Rio	Tucuruí
Marabá	Uruará
Maracanã	Vigia
Marapanim	Viseu
Mocajuba	Xinguara

* Ver relação das Comarcas do Interior equipadas com móveis e utensílios.

EQUIPAMENTOS

No decorrer do ano de 1992, pôde ser ampliado os Sistemas de Informatização, extensivo ao Departamento de Patrimônio, ocasião em que foram informatizados os seguintes serviços:

- Serviço de Protocolo Geral do Tribunal, relacionado à entrada de documentações diversas;
- Serviço de Patrimônio e Material relacionado ao inventário de bens e estoque de materiais.

Estes sistemas vieram oferecer maior segurança e controle dos Bens Patrimoniais do Tribunal de Justiça (sede) e Comarcas do Interior.

Paralelamente, pode-se também ampliar e aperfeiçoar os Serviços de Telefonia, com aquisição de linhas e centrais telefônicas de acordo com:

- 01 (uma) linha para o Juizado de Pequenas Causas, sito Av. Manoel Barata;
- 02 (duas) linhas para o Fórum Distrital de Icoaraci;
- 03 (três) linhas para o prédio situado à Av. Tamandaré;
- 10 (dez) linhas para ampliação do PABX do Tribunal de Justiça (sede);
- 12 (doze) linhas, para instalações no Anexo II do TJE, sito à Rua Tomázia Perdigão;
- 01 (uma) CPCT para melhoria dos Sistemas do PABX do Tribunal de Justiça (sede). Vale ressaltar que a CPCT com Tecnologia Digital tipo CPA, ou seja, uma Central com Programação Armazenada permite acesso a bancos de dados através dos recursos da informática; e com capacidade inicial para 40 (quarenta) troncos e 300 (trezentos) ramais, permite também o acesso das chamadas externas diretamente aos ramais sem interferência das telefonistas;
- 01 (uma) linha telefônica para cada uma das seguintes Comarcas do Interior: Igarapé-Açu, Igarapé-Miri, Itaituba, Jacundá, Maracanã, Parauapebas, Santa Maria do Pará e Tomé-Açu.

Por outro lado, também em 1992, algumas Comarcas do Interior num total de 24 (vinte e quatro) foram equipadas com aparelhos de Fac-Símile distribuídos para: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Bragança, Capanema, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Salinópolis, Santa Izabel do Pará, Santarém, São Miguel do Guamá, Soure, Tucuruí, Vigia e Xinguara.

VEÍCULOS

Houve no decorrer do ano de 1992, a renovação da frota de veículos desse Tribunal, com aquisição de:

- 11 (onze) veículos tipo Fiat Prêmio para os Desembargadores, Diretoria do Fórum e Diretoria Criminal;
- 01 (um) veículo tipo Gol para o Juizado de Pequenas Causas;
- 01 (um) veículo tipo Kombi para o Des. Christo Alves;
- 01 (um) veículo tipo Kombi para a Infância e Juventude;
- 01 (um) veículo tipo Santana para a Presidência;
- 01 (um) veículo tipo D-20 cabine dupla para a Presidência;
- 01 (uma) motocicleta para os Serviços Gerais de remessa de documentos;
- 10 (dez) veículos tipo Gurgel distribuídos para as seguintes Comarcas do Interior: Altamira, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará e Xinguara;

- 01 (um) veículo tipo Gol para o Fórum de Santarém;
 - 03 (três) veículos tipo Gol ainda sem destinação.
- Com a aquisição dos veículos mencionados anteriormente, foram leiloados no segundo semestre de 1992, os seguintes veículos:
- 08 (oito) veículos tipo Opala;
 - 01 (um) veículo tipo Kombi e
 - 01 (um) veículo tipo Fusca.
 - 01 (uma) Moto

OBRAS E MANUTENÇÃO

REFORMAS E AMPLIAÇÕES

No ano de 1992, pôde-se realizar e concluir as seguintes obras de reformas:

RESIDÊNCIA JUIZ DE ABAETETUBA

Partindo-se da compra de um imóvel situado na praça central da cidade de Abaetetuba, executou-se uma reforma completa na residência de 120m² de área construída, no valor total da obra em Cr\$ 266.606.447,00 (duzentos e sessenta e seis milhões, seiscentos e seis mil, quatrocentos e quarenta e sete cruzeiros), efetuada pela firma Luiz Maia em 60 (sessenta) dias, com término em final de novembro de 1992.

FORUM DE AUGUSTO CORRÊA

A reforma geral do Fórum de Augusto Corrêa, com cerca de 400m² de área construída, foi executada pela firma Link da Amazônia Construtora Ltda, no valor total da obra em Cr\$ 289.205.763,00 (duzentos e oitenta e nove milhões, duzentos e cinco mil, setecentos e sessenta e três cruzeiros), tendo sido terminada em dezembro de 1992.



Hasteamento da Bandeira em Augusto Corrêa



Bênção do Fórum de A. Corrêa



Des. Nelson e o Prefeito de A. Corrêa



Fórum de A. Corrêa, fachada lateral

FORUM DE BRAGANÇA

A reforma geral do Fórum de Bragança, num total de 1120m² de área construída distribuídos em 02 (dois) pavimentos, foi executada pela firma Victor Engenharia Ltda., em 45 (quarenta e cinco) dias, num valor total de obra foi de Cr\$ 158.100.012,00 (cento e cinquenta e oito milhões, cem mil e doze cruzeiros) com término em setembro de 1992.

RESIDÊNCIA JUIZ DE BRAGANÇA

A reforma geral foi efetuada em 02 (duas) residências, tipo geminadas, de 100m² de área construída cada uma, executada pela firma Victo Engenharia Ltda, em 45 (quarenta e cinco) dias, num valor total de obra licitada foi de Cr\$ 83.164.000,00 (oitenta e três milhões, cento e sessenta e quatro mil cruzeiros) com término em setembro de 1992.

FORUM DE CAPANEMA

A reforma do Fórum de Capanema de 513m² de área construída, foi realizada pela firma ENGECAASA - Engenharia e Construções Ltda, em 60 (sessenta) dias, cujo valor total da obra licitada foi de Cr\$ 125.193.505,00 (cento e vinte e

cinco milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e cinco cruzeiros) com término em setembro de 1992.

RESIDÊNCIA JUIZ DE CAPANEMA

A reforma geral da Residência do juiz com 135m² de área construída, foi efetuada pela firma ENGECAASA - Engenharia e Construções Ltda., em 60 (sessenta) dias, sendo o valor total da obra licitada Cr\$ 130.476.366,00 (cento e trinta milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, trezentos e sessenta e seis cruzeiros) com término em setembro de 1992.

FORUM DE IGARAPÉ-MIRI

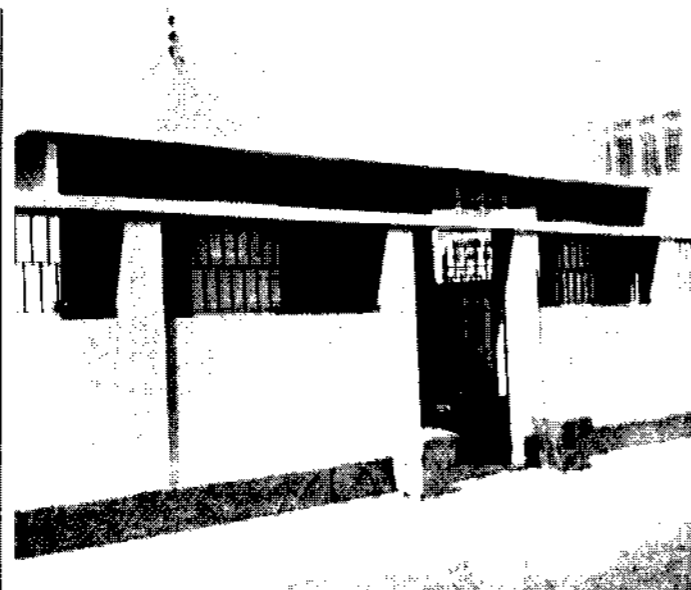
O Fórum de Igarapé-Miri com 410m² de área construída, distribuídos em 02 (dois) blocos foi realizada pela firma ACP Engenharia Ltda, cujo valor licitado foi de Cr\$ 334.514.673,00 (trezentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e quatorze mil, seiscentos e setenta e três cruzeiros), com prazo de execução de 80 (oitenta) dias terminando em dezembro de 1992.

RESIDÊNCIA JUIZ DE SANTA IZABEL DO PARÁ

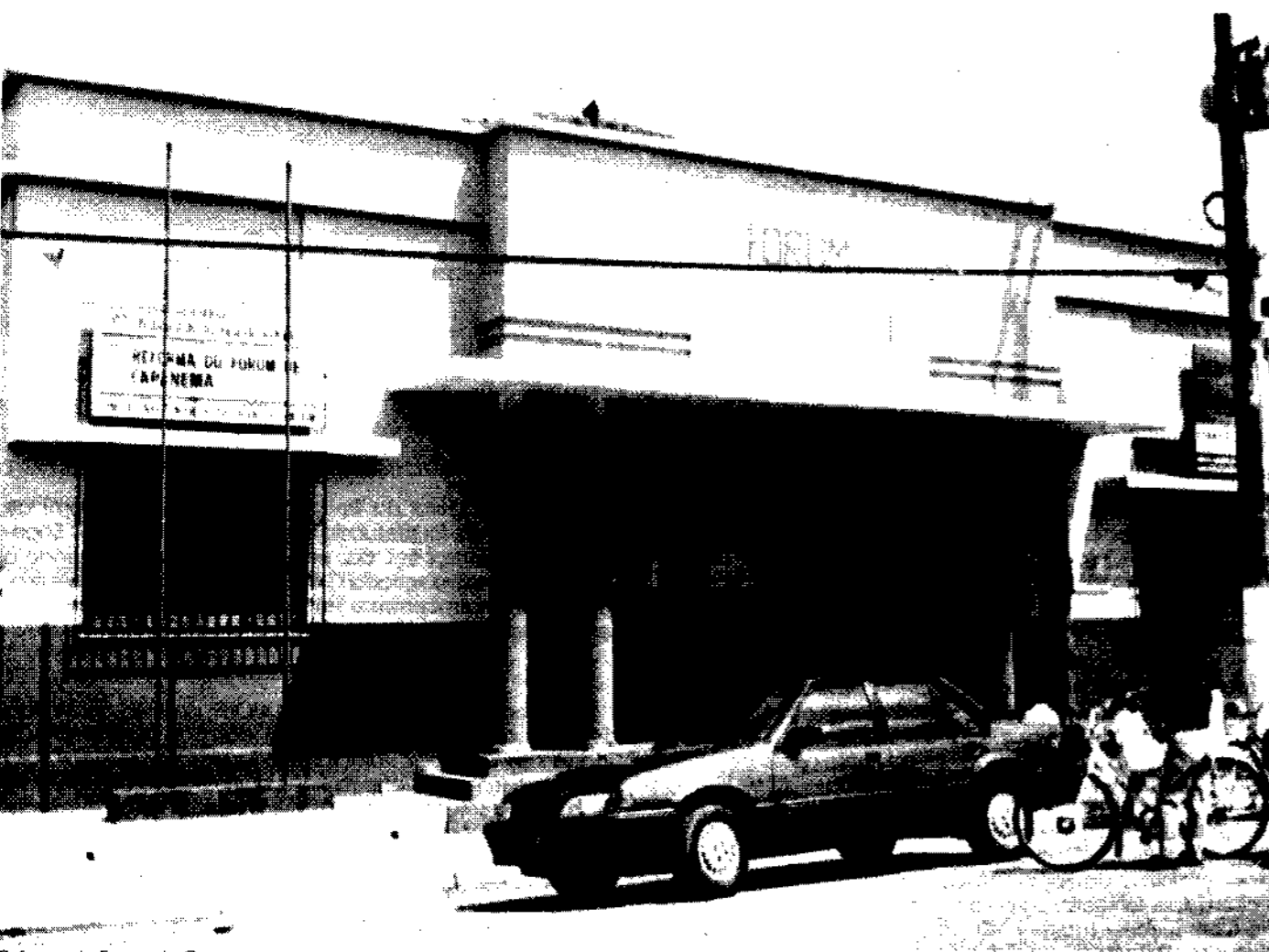
A reforma geral da Residência do Juiz com cerca de 130m² de área construída, foi executada pela firma B&M



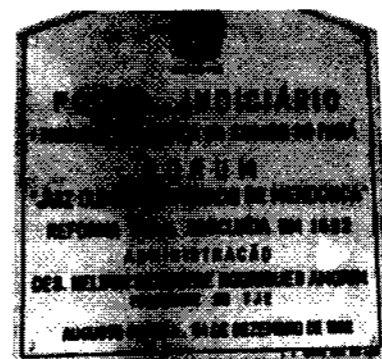
Equipe de Engenharia do TJE em Bragança



Reforma da Casa do Juiz, Capanema



Reforma do Fórum de Capanema



Forum Augusto Corrêa

Construtora Ltda. em 45 (quarenta e cinco) dias, cujo valor total da obra licitada foi de Cr\$ 168.653.000,00 (cento e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e três mil cruzeiros) com término no final de setembro de 1992.

Os serviços executados nestas reformas, de maneira geral foram os seguintes:

- revisão e recuperação da cobertura;
- revisão geral das instalações elétricas, hidro-sanitárias e telefônicas;
- recomposição das esquadrias (portas, janelas, balacins);
- recomposição ou substituição dos forros em madeira;
- recuperação de pisos;
- construção e/ou elevação do muro;
- confecção e colocação de grades de ferro, em todas as esquadrias das obras;
- recuperação de revestimentos (reboco, lajotas, azulejos);
- substituição na maioria das vezes de rodapés, soleiras e peitoris, que já se encontravam bastante deteriorados;
- substituição e/ou reposição dos portões em ferro;
- pintura geral de todas as dependências;
- pintura geral de todas as dependências;
- confecção e/ou recuperação das áreas livres e calçadas de proteção em cimento lisa; e
- limpeza geral das áreas livres do terreno.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA-SEDE

No decorrer do ano de 1992, houveram várias reformas e pequenos serviços neste Tribunal, nos seguintes locais:

PAVIMENTO TÉRREO

A primeira etapa de reforma geral no pavimento térreo do TJE (prédio principal), ocorreu na biblioteca, museu, lanchonete, restaurante e recepção, com cerca de 860m² de área construída, efetivada pela firma SOENGE, Sociedade de Engenharia Ltda., com término em final de dezembro de 1992 e valor total de obra licitada em Cr\$ 340.005.306,20 (trezentos e quarenta milhões, cinco mil, trezentos e seis cruzeiros e vinte centavos).

A segunda etapa de reforma geral do pavimento térreo, do TJE (prédio principal) abrange o centro de processamento de dados, sala dos motoristas, sala dos guardas, jardins, arquivo, jornal, portões de entrada e sanitários num total de 867m² de área construída, está sendo executada pela firma SOENGE, Sociedade de Engenharia Ltda., com término previsto para janeiro de 1993, cujo valor total da obra licitada foi de Cr\$ 353.498.935,58 (trezentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, novecentos e trinta e cinco cruzeiros e cinquenta e oito centavos).

CORREGEDORIA

A reforma geral da Corregedoria, situada no 4º andar (prédio principal) foi executada pela firma WILCON Engenharia, no valor licitado de Cr\$ 20.548.443,45 (vinte milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e três cruzeiros e quarenta e cinco centavos) com término em novembro de 1992. Na ocasião também foram substituídos todos os mobiliários da marca Securit, entregues pelas Lojas Colares, distribuidor exclusivo desta marca em Belém.

DIRETORIA FORUM CRIMINAL

Esta reforma geral ocorreu, no antigo local das 13ª e 14ª varas (frente ao Salão do Júri) num total de 112m² de área construída, incluindo o sanitário. Foi executada pela firma EN-GECA S/A Engenharia e Construções Ltda. num prazo de 20 (vinte) dias, durante o mês de dezembro de 1992, de valor da obra licitada de Cr\$ 132.296.380,00 (cento e trinta e dois milhões, duzentos e noventa e seis mil, trezentos e oitenta cruzeiros).

JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS

Partindo-se da aquisição de um imóvel situado à Rua Manoel Barata n.º 107, efetuou-se pequenos serviços de reforma geral executada pela firma B&M Construtora Ltda. em agosto de 1992; sendo posteriormente fixadas divisórias tipo "divilux" pela firma Construtora Columbia Ltda., e equipadas com mobiliários e equipamentos.

CONSTRUÇÕES

RESIDÊNCIA JUIZ DE AUGUSTO CORRÊA

A construção da residência do juiz de Augusto Corrêa, com cerca de 180m² de área construída, foi executada pela firma SOENGE, Sociedade de Engenharia Ltda. num prazo de 90 (noventa) dias, cujo valor total da obra licitada foi de Cr\$ 344.870.592,64 (trezentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e setenta mil, quinhentos e noventa e dois cruzeiros e sessenta e quatro centavos), com término em final de dezembro de 1992.

FORUM DE ICOARACI

Originário da aquisição de um imóvel situado à Av. Manoel Barata, n.º 1107, efetuou-se um projeto de reforma com ampliação num total de 251m² de área construída, executada pela firma SOENGE, Sociedade de Engenharia Ltda., cujo valor da obra licitada em abril/1992 foi de Cr\$ 54.640.713,37 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta mil, setecentos e treze cruzeiros e trinta e sete centavos), entregue em início de julho de 1992.

TJE - ANEXO II

Conclusão da obra do Anexo II - TJE, situado à Rua Tomázia Perdigão n.º 240, de 1.050m² de área construída distribuídos em 02 (dois) pavimentos, sendo ocupada em agosto/92 totalmente equipada e mobiliada.

MANUTENÇÃO

Dentre os diversos serviços de manutenção executados por este **Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais**, durante o ano de 1992, com a finalidade de melhoria e/ou conservação das condições físicas do prédio-sede do Tribunal de Justiça, incluindo seus bens móveis (carros, equipamentos, mobiliário, além de outros) podemos citar:

- revisão geral em todos os aparelhos de ar condicionada;
- revisão e manutenção na Central Telefônica e Fonia;

Departamento de Recursos Humanos



A Resolução n.º 09/91 datada de 03 de junho de 1991, cria dentro de sua estrutura organizacional, artigo 4º Item II, o Departamento de Recursos Humanos, Unidade Organizacional subordinado a Secretaria de Administração deste Tribunal de Justiça.

Da Competência:

Tem no âmbito de atuação, a execução das atividades relativas à administração do pessoal, o desenvolvimento e treinamento dos Recursos Humanos; Organização e Controle de Informação dos Recursos Humanos; movimentação do pessoal; coordenação de avaliação de desempenho para fins de promoção, ascensão e progressão funcional; administração do Plano de carreiras; deliberação sobre cargos, funções e vencimentos; administração e atualização de cadastro de Recursos Humanos; administração de servidores públicos da Justiça da Capital e do Interior; controle do serviço médico-odontológico; administração do plano de benefícios, em conjunto com a Associação dos Servidores; relacionamento com entidades e órgão externos; outras atividades correlatas e/ ou delegadas pela Secretaria de Administração.

Subunidades subordinadas ao Departamento de Recursos Humanos.

- Divisão de Administração de Pessoal, subdividida em:
 - Serviço de Preparação do Pessoal e Recolhimento;
 - Coordenações Setoriais de Pessoal (O5);
 - Divisão de Desenvolvimento de Pessoal;
 - Serviço Médico-Odontológico.

Expedientes: Ofícios Expedidos, Ofícios Recebidos, Informações Recebidas e Expedidas.

Ofícios expedidos.....	250
Ofícios recebidos.....	22
Informações recebidas.....	-
Declarações.....	-

Outras Atividades Desenvolvidas pelo D.R.H. Paralelamente as Atribuições rotineiras.

- Da implantação do trabalho de Recursos Humanos, esta Diretoria teve-se ao trabalho de pesquisa direcionada às diversas necessidades dos funcionários/serventuários, conscientizando-os de uma nova cultura voltada para os valores de cada um.

- Formalizou sua implantação as Diretorias do Fórum Civil e Fórum Crime, bem como as Comarcas do Interior; cadastramento e pesquisa junto as mesmas dos cargos existentes, ocupados e vagos, cujos resultados já estão em fase de conclusão.

- Implantação da Norma de Serviço n.º 01, que institui a Permissão de Saída antecipada e de entrada após o expediente, aprovada pela Portaria n.º 0952/91 datada de 15 de outubro de 1991.

- Implantou a Norma de Serviço n.º 02, que institui o uso do crachá, ora em fase de apreciação/aprovação pela Presidência deste Poder Judiciário.

Da divisão de administração de pessoal

A Divisão de Administração de Pessoal, subordinada diretamente ao Departamento de Recursos Humanos, recebe desse os expedientes de Pessoal, orienta e fiscaliza o cumprimento dos mesmos, dando total apoio aos funcionários e todas as coordenações e Serviços que compõem a Divisão.

Atribuições:

Expedientes:

- Ofícios Recebidos	15
- Ofícios EXpedidos	05
- Declarações	26
- Informações ao D.R.H.	1.068
- Memorandos	18
- Inscrições no PIS/PASEP	92
- Admissões por concurso	102
- Aposentadorias	31

De acordo com a Nova Estrutura, a Divisão de Pessoal está composta do Serviço de Pagamento e Recolhimento e O5 (cinco) Coordenações, assim denominadas:

- a) Coordenação setorial dos funcionários da Secretaria
- b) Coordenação setorial dos funcionários dos Foruns Civil e Criminal.
- c) Coordenação Setorial dos Funcionários e Serventuários do Interior.
- d) Coordenação setorial dos Funcionários da Escola da Magistratura, Corregedoria E Direção e Assessoramento Superior.
- e) Coordenação Setorial dos Funcionários Inativos e Quadro Suplementar.

A Divisão de Administração de Pessoal vem atuando junto com as Coordenações Setoriais, no sentido de manter atualizados os cadastros e históricos funcionais.

A Coordenação Setorial das Comarcas do Interior tem sido a de maior acúmulo de serviço e de difícil trato, haja vista a deficiência de dados existentes no antigo Serviço de Registro de Cadastro Funcional.

Diversos instrumentos foram utilizados para agilizar e diminuir os serviços que tal coordenação tem encontrado, foram elaborados mapas de frequência geral das Comarcas em substituição aos antigos atestados individuais, o que mais fácil tornou-se o controle de frequência, inclusive com economia expressiva de material.

Inúmeras irregularidades foram detectadas nas Comarcas do Interior por falta de informações.

Atribuições das Coordenações:

- Manter atualizado o cadastro e registro de ocorrência funcional de cada servidor do Setor sob sua coordenação.
- Proceder preenchimento de planilha das alterações a serem feitas no pagamento.
- Efetuar o registro do PIS/PASEP.
- Fazer contagem de tempo de serviço.

Serviço de Pagamento:

Responsável pela alteração mensal e confecção de Folhas de Pagamento que constitui o Quadro de Pessoal da Se-

Total de Pessoas atendidas.....	3.115
Consultas.....	284
Curativos.....	541
Obturações.....	862
Restaurações.....	329
Obturações com Foto Polimerizador.....	366
Radiografias.....	580
Extrações.....	300
Hemostasias.....	170
Tartarotomias.....	184
Profilaxias.....	374
Ferramentos.....	013
Aplicações de Fluor.....	222
Consertos de Prótese.....	013
Pulpotomias.....	007
Assentamentos.....	009
Remoção de Pontos de Sutura.....	016
Drenagens de abscesso.....	006
Acabamentos.....	012
Conduções.....	007
Remoção de Alveolos.....	002
Aplicações de Selantes.....	053
Total de Trabalhos Executados.....	4.350

Serviço Médico

O Relatório não foi apresentado em tempo hábil

Outros serviços não subordinados a este departamento: Contagem de Tempo de Serviço

Contagem.....	125
Recontagem.....	85
Licença Especial.....	61
Informação p/ D.A. sobre Contagem etc.....	24
Certidões através da Secretaria.....	26
Informações para Recursos Humanos.....	03
Mapas de Quinquênio através do Setor de Pessoal, TJE, Forum e Repartição Criminal.....	45

Arquivo Confidencial dos Magistrados

Informações.....	533
------------------	-----

Atribuições da divisão de Administração de Pessoal.

- Propor ao Diretor do Departamento de Recursos, a expedição de normas à pessoal com vistas a assegurar o funcionamento articulado do sistema de pessoal;
- Dar conhecimento ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos da existência de vagas e sugerir a abertura de concurso.
- Fazer executar os atos de lotação e remoção de pessoal do Tribunal.
- Promover o levantamento dos dados necessários para efeito de promoções e aposentadorias.
- Orientar e fiscalizar a execução das leis e regulamentos aplicáveis ao pessoal do Tribunal.
- Fiscalizar a execução do plano de classificação de cargos e - vencimentos dos funcionários deste Órgão.
- Comunicar ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos qualquer irregularidade de que tenha conhecimento relativo ao cumprimento de Leis, Normas e instrução de serviços sobre assunto de pessoal e outras...

1992

O Departamento de Recursos Humanos como Unidade Organizacional, está subordinado a Secretaria de Administração, de acordo com a Resolução n.º 09/91 datada de 05 de junho de 1991.

Da Competência

Tem no âmbito de atuação, a execução das atividades relativas a Administração de Pessoal, o desenvolvimento e treinamento dos Recursos Humanos, Organização e Controle de informação dos Recursos Humanos, movimentação de pessoal, Coordenação de avaliação desempenhos para fins de promoção, ascensão e progressão funcional, Administração do Plano de Carreiras, deliberação sobre cargos, funções e vencimentos, administração e atualização de Recursos Humanos, envolvendo serventuários e funcionários da Justiça da Capital e do Interior, Controle de Serviço Médico-Odontológico, administração do plano de Benefícios em conjunto com a Associação dos Servidores, relacionamento com entidades e Órgãos externos, outras atividades correlatas e/ou delegadas pela Secretaria de Administração.

Sub-Unidades subordinadas ao Departamento de Recursos Humanos

- Divisão de Administração de Pessoal, subdivididas em:
 - Serviço de Pagamento e de Recolhimento;
 - Coordenações Setoriais de Pessoal (O5)
 - Divisão de Desenvolvimento de Pessoal
 - Serviço Médico - Odontológico

Expedientes: Ofícios Expedidos, Ofícios Recebidos, Memorandos Expedidos, Memorandos Recebidos, Portarias D.S.A. e Portarias G.P.

- Ofícios Expedidos..... 605
- Ofícios Recebidos..... 52
- Memorandos Expedidos..... 74
- Memorandos Recebidos..... 02
- Portarias D.S.A..... 157
- Portarias G.P..... 74

Outras Atividades Desenvolvidas pelo DR.H. Paralelamente as Atribuições rotineiras.

- Supervisionou e orientou a execução dos serviços desenvolvidos pelas chefias que lhe são subordinadas, direcionada para uma Administração participativa.
- Solucionou problemas de relacionamento interpessoal entre chefes e subordinados, contribuindo para uma melhor interação (Comportamento x Organização).
- Inovou e agilizou o curso das informações da vida funcional dos servidores e serventuários da Capital e Interior.
- Estabeleceu o atendimento personalíssimo aos funcionários, valendo-se da arte de saber ouvir junto as necessidades dos seres humanos.
- Desenvolveu um processo educativo de ajustamento pessoal e profissional dos funcionários "Problema" para um desempenho adequado de suas atribuições e responsabilidades, cujo trabalho deve ser visto e interpretado como uma realização de que vale a pena tentar e acreditar, que só há mudanças nas pessoas, se houver mudanças de valores.
- Modernizou os processos de valorização humana, bem como potencializou a motivação dessa força humana junto a nossa Organização.

- Desenvolveu uma força de trabalho em alta velocidade; junto a forma de conduzir a transição do velho para o novo.

- Refinou a qualidade do desempenho de tarefas junto ao processo decisório de nossa Organização.

- Ancorou-se na busca do melhor, do perfeito e do ideal. Se conseguimos, não sabemos, contudo, o alvo continuará sendo sempre a busca de excelência.

- Priorizou-se metas de trabalhos. Questionário de Levantamento de Dados e Fichas de avaliação e desempenho foram instituídos de forma pioneira.

- Decolou e aperfeiçoou-se em pleno vôo. Usou de energia na busca de soluções ao invés de desperdiçá-la lucubrando somente sobre problemas. Trabalhou barreiras positivamente, até que essas enfraquecessem, ao invés de atravessá-las à força.

- Implementou junto ao Tribunal a distribuição do "NEWS Paper" que é uma síntese de jornais com notícias a nível Nacional e Internacional, sendo uma divulgação cultural específica deste Departamento.

- Participou dos trabalhos do Seminário de Atuação Administrativa 91/92, com exposição através de Recursos Audio Visual; considerado um trabalho de alto nível profissional.

Divisão de Administração de Pessoal - 1992

A Divisão de Administração de Pessoal subordinada diretamente ao Departamento de Recursos Humanos, tendo como atividade principal o planejamento, comando, execução e a orientação de serviços inerentes a Pessoal. De acordo com a nova estrutura está composta de serviço de pagamento e recolhimento e 05 (cinco) Coordenações divididas por sub-unidades assim definidas:

- a) Coordenação Setorial dos funcionários de Nível Superior.

- b) Coordenação Setorial dos funcionários de Nível Médio.

- c) Coordenação Setorial da Secretaria do Forum Cível.

- d) Coordenação Setorial da Secretaria do Forum Criminal.

- e) Coordenação Setorial dos funcionários e serventuários dos Foruns do Interior.

No ano de 1992, o primeiro grande desafio da Divisão de Administração de Pessoal foi informatizar o Serviço de Pagamento através do Setor de Informática, já implantado no Tribunal, haja vista o término do contrato com a Prodepa.

Contando o eficiente trabalho realizado conjuntamente entre os funcionários lotados na Divisão, que não mediram esforços em ver realizado o desejo de fazer o pagamento, através de seus próprios equipamentos os lotados no Setor de Informatização, foi possível no mês de janeiro a execução do primeiro pagamento oficial informatizado no Tribunal em seus equipamentos. Para isso, tiveram que armazenar em memória dos computadores o organograma existente com seus cargos codificados, assim como, todos os dados financeiros de Magistrados, Funcionários e Serventuários.

A atuação das Coordenações Setoriais tem sido de grande importância no sentido de manter atualizado os cadastros e históricos funcionais, viabilização e implantações das informações e alterações dos Relatórios de pagamento. Atuando como unidades executivas de tais atividades, os grupos formadores dessas coordenações apesar de ainda não disporem de espaço físico capaz de comportá-los individual-

mente por unidade, possibilitando assegurar uma linguagem uniforme e execução integrada das atividades, vem atendo às necessidades rotineiras da Divisão.

Foi na Coordenação Setorial do Interior onde encontramos maiores dificuldades. Várias medidas foram tomadas em conjunto com a liderança da referida unidade e a Diretoria do Departamento num planejamento de uso de instrumento capazes de nessa fase de implantação fosse possível obtermos a real situação existente no que se refere ao quadro de funcionários, dados de identificação individual, históricos funcional que até então ficavam totalmente a encargo da Direção do Forum de lotação, dificultando a prestação de informação sobre aqueles funcionários, quando da concessão de seus direitos de férias, licença e adicional por tempo de serviço, foram elaborados formulários a serem preenchidos pelos próprios funcionários dando as informações necessárias a um cadastro mais atualizado assim como, outros destinados ao próprio Juiz Diretor dos Foruns das Comarcas que possibilitaram ter hoje um Arquivo com a atualização do contingente funcional por comarcas.

Foi colocado em uso um mapa de frequência simplificado em substituição ao atestado individual diminuindo o volume de papéis a ser arquivado, além de dar de imediato a visão geral de controle de frequência. Continuando sua atuação, foi visto como ponto crítico a situação dos servidores inativos, fazendo um diagnóstico sentir a necessidade de fazer recadastramento de todos os funcionários e magistrados na inatividade.

A Divisão de Administração de Pessoal conta com dois funcionários, dentre eles sua titular, atuando como membro que compõem comissão de efetivação do plano de carreira, para progressão e promoção, cujos serviços estão se efetivando, e para o qual tivemos que fornecer dados e participar na montagem de instrumento utilizados para avaliação de desempenho funcional.

Elaboramos os serviços obrigatórios de informação social, como: Cédula "C" - Declaração individual dos rendimentos percebidos por nossos servidores.

Dirf - Declaração para Receita Federal dos rendimentos pagos aos servidores e impostos recolhidos.

Rais - Relação anual de informação social, contendo todos os dados de identificação individual e rendimentos.

Atuamos diretamente na instrução dos processos de aposentadoria de funcionários e serventuários.

Tramitaram pela Divisão de Pessoal 6.124 (Seis Mil Cento e Vinte e Quatro) expedientes.

Foram feitas nomeações para as seguintes Comarcas:

- Conceição do Araguaia

- Itupiranga

- Jacundá

- Muaná

- Marapanim

- Portel

- São Domingos do Capim

- Tucuruí.

Outros expedientes: Ofícios expedidos..... 20

Memorandos..... 32

Inscrições no PIS/PASEP..... 48

Admissões por Concurso..... 55

Aposentadorias..... 12

Declarações..... 26

Apesar das dificuldades enfrentadas em 1992, como falta de espaço e pessoal, fizemos o possível, persistindo para conseguir atender os objetivos, contando com a disponibilidade e boa vontade de todos os funcionários lotados na Divisão, que com os recursos disponíveis enriqueceram a rotina de trabalho, demonstrando suas capacidades.

Divisão de Desenvolvimento de Pessoal

Durante o ano de 1992, a Divisão de Desenvolvimento de Pessoal, sob a coordenação da representante do Departamento, procurou dar continuidade aos compromissos iniciados no ano anterior, bem como cumprir inúmeros encargos que lhe foram confiados, os quais iremos detalhar a seguir:

- Formulação de pareceres e informações a diversos setores do TJE, com relação a reenquadramento, pedido de permissão para freqüentar aulas em Universidades, remanejamento, correção de remuneração de funcionários do Interior, orientação sobre atribuições de tarefas aos cargos preenchidos por concursos em Comarcas do Interior, bem como, sobre pedidos de transferências de funcionários do Interior.

- Participação junto ao Departamento de Patrimônio e Serviços de reuniões com todas as Subunidades e seus ocupantes, que tiveram como propósito conhecer a realidade de cada setor, facilitando assim a relação chefe/subordinada.

- Elaboração de dois grandes projetos de treinamento para o Forum Cível e Criminal, a serem executados após a unificação das estruturas organizacionais dos mesmos.

Vale ressaltar que referidos treinamentos se destinam exclusivamente aos funcionários, visto que a Escola Superior da Magistratura é encarregada de promover cursos, seminários etc, para os Magistrados.

- Acompanhamento pedagógico-social a funcionários que apresentam problemas de adaptação às tarefas que lhes são atribuídas.

No desenvolvimento deste trabalho contamos com o apoio de profissionais do Serviço Médico, Psicólogo, Sociólogo e Pedagogas, todos lotados no Departamento de Recursos Humanos.

- Coordenação do Seminário "ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TJE - Gestão 91/92" promovida pela Secretaria de Administração.

Referido seminário em comemoração há um ano da atuação dos novos dirigentes do TJE, fez com que fossem apresentados de uma maneira menos formal, os trabalhos produzidos por cada Departamento. Os resultados foram positivos, visto que, iniciou-se o hábito salutar de prestação de contas em conjunto, o que nos permitiu ver o avanço da Instituição, não só na área administrativa, como suas repercussões na área jurídica.

- Auxílio junto a Secretaria de Administração no remanejamento dos funcionários da área administrativa do Tribunal para o novo prédio-Anexo II com a elaboração de uma relação das Unidades Organizacionais e seu respectivo quadro de pessoal.

- Coordenação e confecção dos crachás de identificação dos funcionários do Anexo - II, e a viabilização do uso obrigatório através da Secretaria de Administração. Atualmente, encontra-se em fase de conclusão, a confecção dos crachás de funcionários do Forum Cível e Criminal. O alcance dessa medida é justamente fazer com que o judiciário acompanhe as Instituições mais modernas, e conseguir um melhor respaldo perante o público que o procura, na imagem repassada do seu corpo funcional.

- Embassado pela Resolução O10/90, elaboramos cinco fichas distintas de Avaliação de Desempenho, para a execução do processo de Promoção e Progressão funcional a saber:

- Ficha para o cargo de Atividades Operacionais.
- Ficha para o cargo de Atividades Auxiliares.
- Ficha para o cargo de Atividades Técnicas.
- Ficha para os ocupantes de chefias de Nível Médio.
- Ficha para os ocupantes de chefias de Nível Superior (Divisão e Departamento). Esse é mais um direito adquirido pelos funcionários, pois, com o desenvolvimento do processo, vão ter a oportunidade de serem avaliados periodicamente no desempenho de suas funções, assim como a promoção de seu aprimoramento técnico-pessoal.

A Divisão de Desenvolvimento de Pessoal vem ao longo de sua atuação, trabalhando no sentido de aprimorar a execução dos trabalhos oferecidos tanto ao Poder Judiciário, quanto ao público que necessita de seus serviços.

Serviço Odontológico

Trabalhos executados no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 1992.

Total de pessoas atendidas.....	7.224
Consultas.....	350
Curativos.....	670
Obturações em Amálgamo.....	1.068
Restaurações em Adaptio.....	378
Restaurações em Fotopolimerizador.....	1.435
Radiografias.....	1.025
Extrações.....	612
Hemostadidas.....	478
Tartarotomias.....	863
Profilaxias.....	748
Forramentos.....	914
Aplicações de Fluor.....	937
Conserto de Prótese.....	35
Pulpotomias.....	29
Assentamentos.....	30
Remoção de Pontos.....	478
Drenagem de Abscessos.....	16
Acabamentos.....	23
Conduoterapias.....	12
Remoção de Alvéolos.....	41
Aplicação de Selante.....	409
Total de serviços executados.....	10.551

Muitíssimo ainda há que se realizar, quando a intenção é chegar a um horizonte de perfeição, ou pelo menos, próximo dele, para o engrandecimento do Departamento de Recursos Humanos, ou seja, do Tribunal de Justiça. ♦

Centro de Informática

- O Centro de Informática foi criado em setembro/91 em decorrência da integração funcional da Diretoria do Siscon da Corregedoria Geral de Justiça, com Setor de Informática da Diretoria de Administração e Informação, passando a ter funções de coordenar e oferecer mecanismos para implantação gradativa da informática e Serviço de Microfilmagem (ou outra tecnologia de arquivamento e recuperação de documentos) de modo a atender as várias Unidades Organizacionais do Poder Judiciário.

Essas modificações, tinham como objetivo fundamental, permitir que o T.J.E. executasse, satisfatoriamente e com autonomia, os serviços até então contratados com o PRODEPA.

- Para consecussão desses resultados foram desenvolvidos, no período, as atividades abaixo relacionadas:

- Elaboração do Projeto de Plano Diretor de Informática (PDI) para o T.J.E., abrangendo um período de três (3) anos a partir de setembro/91;

- Aquisição de Equipamentos:

a) Computador marca SID modelo SMX-390 com 16 Megabytes (mbytes ou mb) de memória RAM, Disco Winchester (rígido) de 1,2 Gigabytes (Gbytes ou Gb), Fita Streamer de 120 (Mbytes), memória cache de 32 Kbytes;

b) Terminais de vídeo marca SID, modelos 1001 (sincronos) e 1002 (assíncronos);

c) Micro computadores PC/XT;

d) Impressoras matriciais.

- Instalação (mediante licenciamento de uso) de softwares básicos:

a) Sistema Operacional MS-DOS mod. X.X;

b) Gerador de Aplicação "On-Line" - GOL, para desenvolvimento dos aplicativos próprios do Tribunal;

- Desenvolvimento e Implantação dos Sistemas:

a) SISTEMA DE MALA DIRETA DO CERIMONIAL;

b) SISTEMA DO PROTOCOLO GERAL DO TRIBUNAL;

SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS, com os seguintes módulos:

- Cadastramento de Pessoal;

- Folha de pagamento mensal;

- Fichas financeiras;

- Fichas funcionais;

d) SISTEMA DE CONTROLE DE PROTOCOLO DO FORUM CÍVEL;

e) SISTEMA DE CONTROLE DE PROTOCOLOS DO FORUM CRIMINAL;

f) SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DO FORUM CÍVEL;

g) SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS NO FORUM CRIMINAL;

h) SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GERENCIAIS DO FORUM CÍVEL;

i) SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GERENCIAIS DO FORUM CRIMINAL;

j) SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE AVALIADORES DO FORUM CÍVEL;

k) SISTEMA CENTRAL DE MANDADOS DO FORUM CÍVEL;

l) SISTEMA DE PATRIMÔNIO E MATERIAL;
m) SISTEMA ANTECEDENTES CRIMINAIS;
n) SISTEMA CENTRAL DE MANDADOS DO FORUM CRIMINAL;

o) SISTEMA DE PROTOCOLOS E PROCESSOS DA PRESIDÊNCIA;

p) SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS CORREGEDORIA;

q) SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSO 2º GRAU (FASE DE IMPLANTAÇÃO)

CURSO E TREINAMENTO

Foram realizados os seguintes cursos:

- Gerador de Aplicação On-line (GOL)

- Sistema Operacional UNIX

- Sistema Operacional MS-DOS

- CLIPPER Programação

- O emergente crescimento da Informática no tribunal com o aparecimento de novas necessidades levou o Centro de Informática a acompanhar essas novas situações. Assim sendo foram tomadas as seguintes providências:

a) Dualização do equipamento cultural de processamento de dados com a instalação de uma segunda máquina com configuração idêntica a principal de modo a permitir a segurança e balanceamento desses recursos que atendem ao T.J.E., que levou à expansão do quantitativo de equipamentos periféricos (terminais, impressoras, etc...)

b) Também foram adquiridos novos microcomputadores, de maior capacidade que as iniciais adequando-se o uso destes à demanda de serviços citada.

- Com características especiais o Centro de Informática vem trabalhando na elaboração do Projeto para Informatização do Sistema de Jurisprudência, Documentação e Conexão com Base de Dados de outros Tribunais de Justiça onde são observadas as seguintes características:

a) Software com tecnologia de Banco de Dados orientado a objeto;

b) Sistema de recuperação de documentos com tecnologia de Hipertexto;

c) protocolos de comunicação para emulação de terminais do Superior Tribunal de Justiça e do Banco de Dados do Senado Federal (Prodasen).

d) periféricos de capacitação e armazenamento de imagens (Tecnologia de Disco ótico).

- Houve como conseqüência desse crescimento, melhoria e aumento significativo do espaço físico onde se encontra instalado o Centro de Informática.

- Concluindo podemos afirmar que os benefícios advindos do uso da Informática no âmbito do Tribunal justificaram os investimentos feitos no setor e permitem que no Tribunal o domínio e controle de atividades fins (Controle de Processos nos Forum Civil e Criminal) e de atividades meio (Folha de Pagamento) permitindo quando da continuidade desses projetos que possa ter o TJE consolidado e a questão de armazenamento de documentos em meio magnético (Tecnologia de Disco ótico) para os processos existentes no Arquivo Geral. ♦

Conclusão

Chegamos ao final do biênio 1991/93 com a certeza de termos feito o melhor possível em prol da instituição.

Magistrados, serventuários da Justiça e servidores, enfim, todas as pessoas que exercem suas atividades neste Tribunal sabem que, aqui, estamos todos em busca de um ideal comum.

Assim, cada qual em seu tipo de atividade, procuramos

fazer desta Casa um local aberto à comunidade, através do fácil acesso às informações e do atendimento agilizado, oferecendo ainda condições adequadas ao trabalho de todos.

A partir de um trabalho sério e competente, temos certeza que cada cidadão que veio a este Tribunal encontrou o que procurava: Justiça, talvez não com a celeridade ideal, mas a que foi possível. Afinal de contas a distribuição de Justiça não é exclusiva do Poder Judiciário.. ♦

N.Cham. 341.4192509811 P221r
Autor: Pará. Tribunal de Justiça
Título: Relatório da presidência : biênio 1991/1993.



2100
1549

Ex.1 TJE-PA BC

CTF

CTF